CIA CATARINENSE DE AGUAS E SANEAM.-CASAN

Informações Trimestrais

Ano: 2026 Versão: 1

Sumário

CIA CATARINENSE DE AGUAS E SANEAM.-CASAN

Dados da Empresa 03

DFs Individuais 04

Comentário do Desempenho 17

Notas Explicativas 24

Pareceres e Declarações 06

Índice

Dados da Empresa

Dados da Empresa / Composição do Capital 07

Índice

DFs Individuais

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo 08

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo 09

DFs Individuais / Demonstração do Resultado 11

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente 12

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa 13

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 05

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado 16

Índice

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/09/2026 14

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025 15

Índice

Pareceres e Declarações

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 72

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 73

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 74

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	592.975.802
Preferenciais	601.851.675
Total	1.194.827.477
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0
Renda Bruta	
Data da apuração	01/07/2026
Receita Bruta Consolidada	1.874.362
Data da apuração (comparativa)	30/09/2026
Receita Bruta Consolidada (comparativa)	1.795.136

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	6.695.988	6.161.832
1.01	Ativo Circulante	1.159.945	1.110.754
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.091	4.786
1.01.02	Aplicações Financeiras	432.406	552.827
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	432.406	552.827
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	432.406	552.827
1.01.03	Contas a Receber	370.247	364.980
1.01.03.01	Clientes	363.038	358.143
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	7.209	6.837
1.01.03.02.01	Partes Relacionadas	7.209	6.837
1.01.04	Estoques	133.770	131.438
1.01.06	Tributos a Recuperar	200.469	45.645
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	200.469	45.645
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	15.962	11.078
1.01.08.03	Outros	15.962	11.078
1.02	Ativo Não Circulante	5.536.043	5.051.078
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.297.731	1.272.975
1.02.01.04	Contas a Receber	15.278	16.265
1.02.01.04.01	Clientes	13.610	14.037
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	1.668	2.228
1.02.01.07	Tributos Diferidos	60.975	60.873
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	60.975	60.873
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.221.478	1.195.837
1.02.01.10.03	Depósitos dado em Garantia	59.653	96.780
1.02.01.10.04	Ativo Financeiro Municipalizado	121.771	121.771
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro de Contrato	1.026.269	948.694
1.02.01.10.06	Direito de Uso de Bens	13.785	28.592
1.02.02	Investimentos	32	32
1.02.02.01	Participações Societárias	32	32
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	32	32
1.02.03	Imobilizado	49.399	49.719
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	49.399	49.719
1.02.04	Intangível	4.188.881	3.728.352
1.02.04.01	Intangíveis	4.188.881	3.728.352
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.871.146	1.849.120
1.02.04.01.02	Ativo de Contrato	2.317.735	1.879.232

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	6.695.988	6.161.832
2.01	Passivo Circulante	1.086.011	924.146
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	96.684	91.092
2.01.01.01	Obrigações Sociais	16.490	19.459
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	80.194	71.633
2.01.02	Fornecedores	105.167	162.898
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	105.167	162.898
2.01.03	Obrigações Fiscais	181.444	55.113
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	179.797	52.857
2.01.03.01.02	REFIS	775	714
2.01.03.01.03	COFINS	12.999	11.705
2.01.03.01.04	COFINS Parcelamento	29.697	27.482
2.01.03.01.05	Outros	136.326	12.956
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.647	2.256
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	596.365	485.729
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	251.662	225.871
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	110.916	117.981
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	140.746	107.890
2.01.04.02	Debêntures	334.583	219.960
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	10.120	39.898
2.01.05	Outras Obrigações	105.856	96.515
2.01.05.02	Outros	105.856	96.515
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	100.404	91.159
2.01.05.02.07	Outros	5.452	5.356
2.01.06	Provisões	495	32.799
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	495	32.799
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	495	32.799
2.02	Passivo Não Circulante	2.668.970	2.636.843
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.429.053	2.350.297
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.065.219	1.047.026
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	583.883	417.272
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	481.336	629.754
2.02.01.02	Debêntures	1.358.729	1.296.425
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	5.105	6.846
2.02.02	Outras Obrigações	102.293	133.484
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	51.134	56.912
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	51.134	56.912
2.02.02.02	Outros	51.159	76.572
2.02.02.02.03	Impostos e Contribuições a Recolher	35.361	58.306
2.02.02.02.04	Obrigações Especiais	15.798	18.266
2.02.03	Tributos Diferidos	46.608	50.465
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	46.608	50.465
2.02.04	Provisões	91.016	102.597
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	91.016	102.597
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	8.637	6.547

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	67.095	75.867
2.02.04.01.05	Plano Previdenciário - Déficit Atuarial	15.284	20.183
2.03	Patrimônio Líquido	2.941.007	2.600.843
2.03.01	Capital Social Realizado	1.407.315	1.407.315
2.03.02	Reservas de Capital	83.006	0
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	83.006	0
2.03.03	Reservas de Reavaliação	72.766	74.302
2.03.03.01	Reservas de Reavaliação	72.766	74.302
2.03.04	Reservas de Lucros	1.041.719	1.041.719
2.03.04.01	Reserva Legal	68.929	78.940
2.03.04.10	Reserva para Fundo de Investimentos	972.790	962.779
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	264.661	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	51.114	57.081
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	20.426	20.426

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	557.909	1.697.347	520.465	1.625.414
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-249.797	-800.363	-258.657	-763.658
3.03	Resultado Bruto	308.112	896.984	261.808	861.756
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-150.825	-370.631	-111.325	-339.894
3.04.01	Despesas com Vendas	-40.247	-109.484	-35.450	-96.818
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-124.228	-280.267	-77.406	-249.977
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	26.561	32.309	1.710	9.025
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-12.911	-13.189	-179	-2.124
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	157.287	526.353	150.483	521.862
3.06	Resultado Financeiro	-31.430	-48.206	-11.770	-72.169
3.06.01	Receitas Financeiras	18.878	60.094	22.150	65.186
3.06.02	Despesas Financeiras	-50.308	-108.300	-33.920	-137.355
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-51.407	-144.081	-46.662	-192.288
3.06.02.02	Variações monetárias e cambiais (Liquidas)	1.099	35.781	12.742	54.933
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	125.857	478.147	138.713	449.693
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.478	-120.588	-29.305	-132.736
3.08.01	Corrente	-7.092	-124.547	-32.477	-140.258
3.08.02	Diferido	-386	3.959	3.172	7.522
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	118.379	357.559	109.408	316.957
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	118.379	357.559	109.408	316.957
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,09433	0,28491	0,09053	0,26227
3.99.01.02	PN	0,10376	0,3134	0,09958	0,2885

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2025 à 30/09/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	118.379	357.559	109.408	316.957
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-2.495	-7.503	-2.476	-7.522
4.02.01	Realização da reserva de reavaliação	-3.780	-11.346	-3.758	-11.403
4.02.02	Realização dos tributos sobre a reserva de reavaliação	1.285	3.857	1.290	3.889
4.02.03	Baixa de investimentos	0	-14	-8	-8
4.03	Resultado Abrangente do Período	115.884	350.056	106.932	309.435

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	370.269	322.666
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	484.883	453.896
6.01.01.02	Lucro Liquido do Exercicio	357.559	316.957
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	143.738	130.433
6.01.01.04	Depreciação - Crédito de Tributos	9.996	8.663
6.01.01.05	AVP de Direito de Uso de Bem	-16.712	3.759
6.01.01.06	IR e CSLL Diferidos	-3.959	-7.522
6.01.01.07	Provisão para Contingência	-6.682	-161
6.01.01.09	Alienação do Imobilizado	383	1.230
6.01.01.10	Outros Ajustes	560	537
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-114.614	-131.230
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-4.468	-7.050
6.01.02.02	Partes Relacionadas	-6.150	10.600
6.01.02.03	Estoques	-2.332	-4.713
6.01.02.04	Depósitos dados em garantia	37.127	1.877
6.01.02.05	Tributos a Recuperar	-154.824	-50.125
6.01.02.06	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias e participações	5.592	23.163
6.01.02.07	Tributos a Recolher	103.386	23.386
6.01.02.08	PDVI	-32.304	-65.812
6.01.02.09	Fornecedores	-57.731	-61.308
6.01.02.10	Convênios com prefeituras	143	143
6.01.02.11	Obrigações Especiais	-2.468	0
6.01.02.12	Pagamento de Dividendos	9.245	-5.753
6.01.02.13	Plano previdenciário	-4.899	11.468
6.01.02.14	Outros	-4.931	-7.106
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-691.901	-506.674
6.02.01	Adições no Imobilizado e Intangível	-691.901	-506.674
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	203.516	164.795
6.03.01	Adições nos Empréstimos e Financiamentos	513.979	566.530
6.03.02	Amortização dos Empréstimos e Financiamentos	-293.068	-401.794
6.03.03	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	83.006	0
6.03.06	Conversão de dividendos e recebimento em especie para AFAC	0	52.026
6.03.07	Destinação de Dividendos e JCP	-100.401	-51.967
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-118.116	-19.213
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	557.613	452.197
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	439.497	432.984

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/09/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.407.315	0	1.041.719	0	151.809	2.600.843
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.407.315	0	1.041.719	0	151.809	2.600.843
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	83.006	0	-100.401	0	-17.395
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-100.401	0	-100.401
5.04.08	AFAC Governo do Estado	0	82.999	0	0	0	82.999
5.04.09	AFAC Minoritarios	0	7	0	0	0	7
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	357.559	0	357.559
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	357.559	0	357.559
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	7.503	-7.503	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	11.346	-11.346	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-3.857	3.857	0
5.06.04	Outros Ajustes	0	0	0	14	-14	0
5.06.05	Reserva Legal	0	0	-10.011	10.011	0	0
5.06.06	Reserva para Fundo de Investimentos	0	0	10.011	-10.011	0	0
5.07	Saldos Finais	1.407.315	83.006	1.041.719	264.661	144.306	2.941.007

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/09/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.355.289	0	736.576	0	166.544	2.258.409
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.355.289	0	736.576	0	166.544	2.258.409
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	52.026	0	-51.967	0	59
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-51.967	0	-51.967
5.04.08	Subscrição Minoritária ações ordinárias e preferenciais	0	4	0	0	0	4
5.04.09	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	52.022	0	0	0	52.022
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	316.957	0	316.957
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	316.957	0	316.957
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	7.522	-7.522	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	11.403	-11.403	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-3.889	3.889	0
5.06.04	Outros Ajustes	0	0	0	8	-8	0
5.07	Saldos Finais	1.355.289	52.026	736.576	272.512	159.022	2.575.425

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/09/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/09/2025
7.01	Receitas	1.853.039	1.757.810
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.874.362	1.795.136
7.01.02	Outras Receitas	19.120	6.901
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-40.443	-44.227
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-537.129	-476.109
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-274.548	-272.588
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-246.351	-193.449
7.02.04	Outros	-16.230	-10.072
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.315.910	1.281.701
7.04	Retenções	-152.039	-161.254
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-143.738	-130.433
7.04.02	Outras	-8.301	-30.821
7.04.02.01	Depreciação - crédito de tributos	-9.996	-8.663
7.04.02.02	Amortização dto de uso de bem	1.695	-22.158
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.163.871	1.120.447
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	60.094	65.186
7.06.02	Receitas Financeiras	60.094	65.186
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.223.965	1.185.633
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.223.965	1.185.633
7.08.01	Pessoal	394.225	365.432
7.08.01.01	Remuneração Direta	268.209	248.492
7.08.01.02	Benefícios	102.813	93.658
7.08.01.03	F.G.T.S.	20.436	18.968
7.08.01.04	Outros	2.767	4.314
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	363.881	365.889
7.08.02.01	Federais	363.559	365.567
7.08.02.02	Estaduais	267	280
7.08.02.03	Municipais	55	42
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	108.300	137.355
7.08.03.01	Juros	135.150	182.805
7.08.03.03	Outras	-26.850	-45.450
7.08.03.03.01	Variações monetárias e cambiais	-35.781	-54.933
7.08.03.03.02	Outras	1.699	471
7.08.03.03.03	Multas e acréscimos moratórios	7.232	9.012
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	357.559	316.957
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	100.400	51.966
7.08.04.02	Dividendos	1	1
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	257.158	264.990

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

GOVERNO DE SANTA CATARINA

Comentários dos resultados até o 3º Trimestre 2026 em milhares de Reais

1. INTRODUÇÃO

A Companhia tem como prioridade número um, desenvolver sua missão de "Fornecer água, coletar e tratar esgotos sanitários, promovendo saúde, bem-estar, desenvolvimento sustentável, econômico, e social", através da prestação dos serviços em todos municípios onde opera.

Um desafio importante para a Companhia é fazer a expansão até atingir a "universalização" dos sistemas de esgotamento sanitário a fim de cumprir os prazos estabelecidos pelos contratos com municípios e da Lei nº 14.026/2020 – Novo Marco Legal do Saneamento, cuja proposta é aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no país, a Companhia está determinada a atender as diretrizes nacionais para o saneamento básico e suas metas de universalização, para que até 2033, 99% da população de áreas urbanas tenha acesso à água potável e pelo menos 90% tenha acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgoto.

2. EVOLUÇÃO DO MERCADO E INDICADORES RELACIONADOS

Demonstramos abaixo alguns indicadores operacionais da companhia no final do 3º trimestre de 2026 e o comparativo com o mesmo período do ano anterior:

Discriminação	30/09/2026	30/09/2025	Variação	Δ%
Ligações de Água	876.535	857.514	19.021	2,2%
Ligações de Esgoto	171.830	164.155	7.675	4,7%
Unidades Autônomas de Água	1.352.921	1.308.994	43.927	3,4%
Unidades Autônomas de Esgoto	427.279	408.315	18.964	4,6%
Volume Faturado de Água (1.000m³)	143.974	140.647	3,33	2,4%
Volume Faturado de Esgoto (1.000m³)	36.486	35.702	0,78	2,2%
População Abastecida com Água	3.090.885	2.935.996	154.889	5,3%
Índice de Abastecimento de Água	96,6%	95,9%	0,7%	0,7%
População Atendida com Esgoto	983.613	901.168	82.445	9,2%
Índice de Abastecimento de Esgoto	32,4%	29,4%	3,0%	10,1%
Número de Empregados	2.588	2.642	-54	-2,0%
Ligações (A+E) / Empregados	405	387	14,78	4,8%
Desp. Pessoal / Rec. Operac. Líquida	27,7%	26,8%	0,9%	3,2%

Os indicadores operacionais até o 3º trimestre de 2026 confirmam a expansão consistente da base atendida, com destaque para o esgotamento sanitário: a população atendida com esgoto cresceu 9,2%, elevando o índice de atendimento de 29,4% para 32,4% (+3,0 p.p.), enquanto o índice de abastecimento de água passou de 95,9% para 96,6% (+0,7 p.p.).

O quadro de pessoal foi reduzido em 2,0%, de 2.642 para 2.588 empregados. Com isso, o indicador de produtividade, medido pelo número de ligações de água e esgoto por empregado, evoluiu de 383,16 para 397,94 (+3,9%).

Os volumes faturados também apresentaram evolução em relação ao mesmo período de 2025, alcançando 143.974 mil m³ para água (+2,4%) e 36,486 mil m³ para esgoto (+2,2%), refletindo a expansão da base de clientes e o desempenho operacional da Companhia.

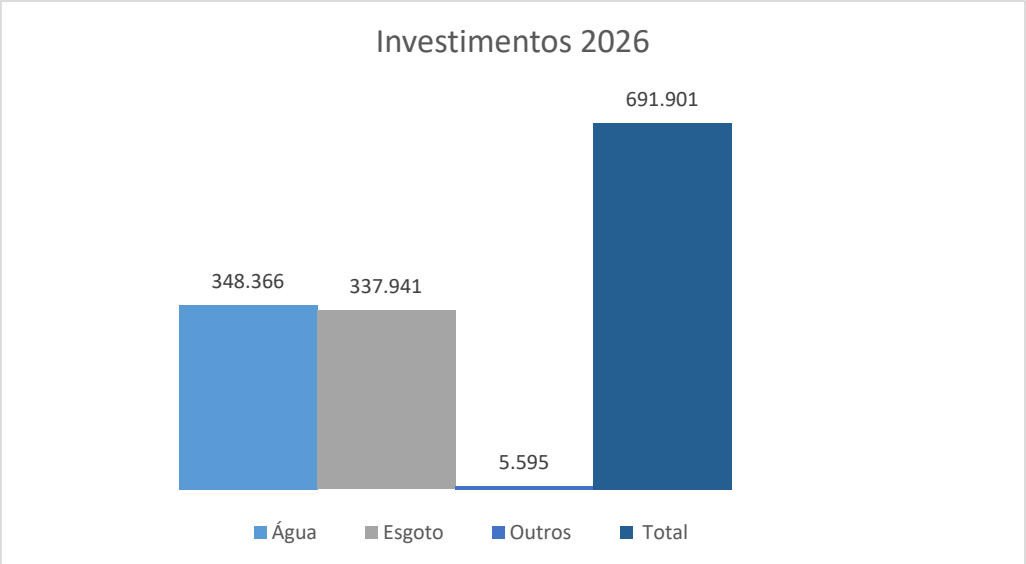
A relação entre despesas com pessoal e receita operacional líquida passou de 26,8% para 27,7% (+0,9 p.p.), uma vez que as despesas com pessoal cresceram 7,8% – em função do reajuste salarial da data-base de maio e da revisão salarial de algumas categorias.

De forma geral, o período apresentou avanço na cobertura dos serviços, crescimento do mercado atendido e ganho de produtividade do quadro de pessoal.

3. INVESTIMENTOS

A Companhia segue focada na execução do seu plano de investimentos para desenvolver e expandir os serviços, em razão de seu compromisso com os municípios operados e a sua preocupação com a melhoria da qualidade de vida das pessoas afetadas direta e indiretamente no Estado, no que se refere ao abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários.

Nesse sentido, foram aplicados até setembro de 2026 o montante de R$691.901, destinados tanto à execução de grandes obras estruturantes quanto à realização de investimentos de menor porte, porém essenciais para a melhoria, modernização e ampliação contínua dos sistemas operacionais, conforme abertura apresentada no gráfico a seguir:



4. ANÁLISE DO DESEMPENHO FINANCEIRO ATÉ O TRIMESTRE

4.1. ATIVO E PASSIVO – em comparação com DFP de 2025

Ativo

No comparativo entre 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, o ativo total cresceu 8,7%, de R$6.161.832 para R$6.695.988 (acréscimo de R$534.156). O aumento concentrou-se no Ativo Não Circulante (+R$484.965), em especial nos ativos de contrato (obras em andamento), reflexo da execução do programa de investimentos.

Ativo Circulante

O Ativo Circulante apresentou um crescimento de 4,4%, passando de R$1.110.754 em 31 de dezembro de 2025 para R$1.159.945 em 30 de setembro de 2026.

Entre as principais variações, destaca-se a redução de Aplicações Financeiras e Títulos, cujo saldo passou de R$552.827 para R$432.406, uma diminuição de R$120.421 (21,8%). Em contrapartida, Caixa e Equivalentes de Caixa aumentou de R$4.786 para R$7.091, resultando em uma redução conjunta de R$118.116 nos saldos de caixa e aplicações financeiras.

As Contas a Receber de Clientes apresentaram crescimento de 1,4%, passando de R$358.143 para R$363.038, enquanto os Estoques passaram de R$131.438 para R$133.770, mantendo variações relativamente moderadas.

Destaca-se, ainda, o aumento de Impostos e Contribuições Antecipados/a Recuperar, cujo saldo passou de R$45.645 para R$200.469, representando um acréscimo de R$154.824. Essa movimentação contribuiu significativamente para compensar a redução das aplicações financeiras e o aumento líquido do Ativo Circulante. A natureza e a composição dessa variação devem ser avaliadas conforme os detalhamentos das respectivas notas explicativas.

De forma geral, a evolução do Ativo Circulante reflete alterações na composição dos recursos de curto prazo da Companhia, com redução das aplicações financeiras e aumento expressivo dos créditos tributários antecipados ou a recuperar.

Ativo Não Circulante

Verificou-se um acréscimo de 9,6% em relação ao mês de dezembro de 2025, com o total evoluindo de R$5.051.078 para R$5.536.043 em setembro de 2026, representando um acréscimo de R$484.965. Esse aumento deve-se, principalmente, à elevação do saldo nas contas de intangíveis e ativos de contratos (obras em andamento) decorrente do nosso elevado programa de investimentos.

Passivo

Em 30 de setembro de 2026, o passivo total da Companhia apresentou crescimento de 8,7% em relação a 31 de dezembro de 2025, passando de R$6.161.832 para R$6.695.988, um aumento de R$534.156. A variação foi influenciada pelo crescimento do Passivo Circulante, pela elevação moderada do Passivo Não Circulante e, principalmente, pelo aumento do Patrimônio Líquido.

Passivo Circulante

O Passivo Circulante apresentou crescimento de 17,5%, passando de R$924.146 em 31 de dezembro de 2025 para R$1.086.011 em 30 de setembro de 2026, representando um acréscimo de R$161.865.

A principal variação positiva ocorreu na rubrica Empréstimos e Financiamentos, que registrou acréscimo de R$140.414 passando de R$445.831 para R$586.245, em decorrência, principalmente, da reclassificação para o curto prazo das parcelas vincendas das dívidas de longo prazo.

Também se destacou o aumento da conta Impostos e Contribuições a Recolher, que evoluiu de R$55.113 para R$181.444, refletindo, principalmente, o reconhecimento das obrigações tributárias incidentes sobre o resultado do período por estimativa de IR e CSLL que só são zeradas no fechamento do período, e demais tributos com exigibilidade no curto prazo.

Em contrapartida, observou-se redução significativa na rubrica Fornecedores e Empreiteiros, cujo saldo passou de R$162.898 para R$105.167, em função da liquidação de obrigações relacionadas ao elevado volume de investimentos reconhecidos ao final do exercício de 2025.

Da mesma forma, o Plano de Demissão Voluntária Incentivada (PDVI) apresentou redução expressiva, passando de R$32.799 para R$495, em razão da liquidação das obrigações remanescentes do programa.

A rubrica Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) Propostos a Pagar apresentou aumento de R$9.245, passando de R$91.159 em 31 de dezembro de 2025 para R$100.404 em 30 de setembro de 2026. Essa variação decorre, principalmente de destinação da parcela devida ao acionista controlador, o Governo do Estado de Santa Catarina, para à constituição de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), em vez de ser liquidada financeiramente, contribuindo para o fortalecimento da estrutura patrimonial e do capital próprio da Companhia.

As Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias permaneceram praticamente estáveis no período, enquanto os Contratos de Arrendamento Mercantil reduziram de R$39.898 para R$10.120, refletindo a amortização normal das obrigações, em conformidade com o CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

De forma geral, as variações observadas decorrem da dinâmica operacional e financeira da Companhia, sem alteração relevante na qualidade da estrutura de financiamento de curto prazo.

Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante apresentou crescimento de 1,2%, passando de R$2.636.843 em 31 de dezembro de 2025 para R$2.668.970 em 30 de setembro de 2026 um acréscimo de R$32.127.

A principal variação ocorreu na rubrica Empréstimos e Financiamentos, cujo saldo foi aumentou em R$80.497, passando de R$2.343.451 para R$2.423.948. Esse aumento decorre, principalmente, de novas captações.

As demais rubricas apresentaram variações pouco significativas, destacando-se as reduções em Partes Relacionadas apresentou redução de R$5.778, passando de R$56.91 para R$51.134. Impostos e Contribuições a Recolher diminuíram de R$58.306 para R$35.361, uma redução de R$22.945, enquanto a Provisão para Contingências passou de R$82.414 para R$75.732, representando uma diminuição de R$6.682.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos também apresentaram redução, de R$50.465 para R$46.608. As Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias diminuíram de R$20.183 para R$15.284, enquanto os Contratos de Arrendamento Mercantil passaram de R$6.846 para R$5.105. As Obrigações Especiais, por sua vez, foram reduzidas de R$18.266 para R$ 15.798.

Dessa forma, o crescimento moderado do Passivo Não Circulante decorreu principalmente do aumento dos empréstimos e financiamentos, parcialmente compensado pela redução das demais obrigações de longo prazo.

4.2. RESULTADO – em comparação com o mesmo período do ano anterior

Receita Operacional Líquida

No 3º trimestre de 2026, a Receita Bruta da Companhia totalizou R$1.874.361 representando um aumento de 4.41% em relação ao mesmo período de 2025.

No acumulado do ano de 2026, a Receita Liquida da Companhia totalizou R$1.697.347, também registrando incremento de 4,4% frente ao terceiro trimestre de 2025.

Esse desempenho foi impulsionado principalmente pelas receitas de tarifas de água e esgoto, que registraram aumentos de 4,2% e 3,6% respectivamente, ocasionado pelo reajuste tarifário a partir de abril de 2026 de 5,8%, e também pelo crescimento do consumo e base total de clientes.

O quadro a seguir apresenta o detalhamento da receita, em milhares de reais:

	3º ITR 2026	3º ITR 2025	Δ R$	Δ %
Tarifas de água	1.431.766	1.373.608	58.158	4,2%
Tarifas de esgoto	420.972	406.421	14.551	3,6%
Outras	21.624	15.107	6.517	43,1%
Total Receita Bruta	**1.874.362**	**1.795.136**	**79.226**	4,4%
Deduções da receita PIS e COFINS	(177.015)	(169.722)	(7.293)	4,3%
Total Receita Líquida	**1.697.347**	**1.625.414**	**71.933**	**4,4%**

Outras Receitas operacionais liquidas, não informadas no quadro acima totalizaram 19.120, ante 6.901 no período anterior.

Custos e Despesas dos Serviços Prestados

Em comparação com o mesmo período do ano anterior, os custos e despesas operacionais (custo dos serviços prestados, despesas com vendas e despesas gerais e administrativas) aumentaram 7,2%, de R$1.110.453 para R$1.190.114, conforme detalhamento a seguir:

	3º ITR 2026	3º ITR 2025	Δ R$	Δ %
Pessoal	469.997	435.951	34.046	7,8%
Materiais	77.792	76.016	1.776	2,3%
Serviços de Terceiros	320.850	261.884	58.966	22,5%
Gerais	138.989	139.784	(795)	-0,6%
Depreciação, Amortização e Prov.	182.486	196.818	(14.332)	-7,3%
Total	**1.190.114**	**1.110.453**	**79.662**	**7,2%**

As principais variações verificadas nos grupos foram:

Pessoal, com aumento de 7,8% ocasionado principalmente pelos reajustes salariais, com base no INPC de 4,1% em 2026 (data base maio).

Serviços de Terceiros, com crescimento de 22,5%, representando a principal variação entre os grupos, influenciada pela maior contratação de serviços de manutenção, corte e religação, telemetria e energia elétrica.

Por outro lado, os grupos de Gerias e Depreciação, Amortização e Provisões apresentaram reduções de 0,6% e 7,3%, respectivamente, indicando controle e racionalização desses gastos no período.

Resultado Financeiro

Em comparação com o mesmo período do ano anterior, o resultado financeiro apresentou melhora significativa, passando de um resultado negativo de R$72.169 para um resultado de R$48.206 representando uma variação positiva de R$23.963 equivalente a uma redução de 33,2% no resultado negativo.

Essa evolução decorre, principalmente, da redução das despesas financeiras, que passaram de R$192.288 para R$144.081, representando queda de 25,1%. As receitas financeiras também apresentaram redução, passando de R$65.186 para R$60.094, uma diminuição de 7,8%, contribuindo parcialmente para compensar o efeito favorável da redução das despesas.

As variações monetárias e cambiais líquidas permaneceram positivas, alcançando R$35.781 no terceiro trimestre de 2026, embora inferiores às registradas no mesmo período de 2025 R$54.933, representando redução de 34,9%. Apesar dessa diminuição, essa rubrica continuou contribuindo positivamente para mitigar os efeitos das despesas financeiras sobre o resultado do período.

	3º ITR 2026	3º ITR 2025	Δ R$	Δ %
Receitas financeiras	60.094	65.186	(5.092)	-7,8%
Despesas financeiras	(144.081)	(192.288)	48.207	-25,1%
Variações monetárias e cambiais (Liquidas)	35.781	54.933	(19.152)	-34,9%
Total	**(48.206)**	**(72.169)**	**23.963**	**-33,2%**

Lucro Líquido do Exercício

No 3º ITR de 2026, a Companhia apurou um Lucro Líquido expressivo de R$357.559, representando um aumento de 12,8% em relação ao mesmo período de 2025, quando o lucro foi de R$316.957. Esse crescimento corresponde a uma variação positiva de R$ 40.602.

Esse desempenho foi influenciado, principalmente, pela melhora do Resultado Financeiro cujo saldo negativo passou de R$72.169 no 3º trimestre de 2025 para R$48.206 no 3º trimestre de 2026, representando uma variação positiva de R$23.963 e uma redução de 33,2% no resultado negativo. Essa evolução decorreu, sobretudo, da redução das despesas financeiras no período.

O Resultado Operacional permaneceu praticamente estável, totalizando R$526.353, com aumento de apenas 0,9% em relação aos R$521.862 registrados no mesmo período do exercício anterior, o que corresponde a uma variação positiva de R$4.491.

Adicionalmente, os tributos sobre o lucro totalizaram R$120.588, representando redução de 9,2% em comparação aos R$ 132.736 registrados no 3º ITR de 2025, uma diminuição de R$12.148.

O crescimento do lucro líquido foi favorecido principalmente pela melhora do resultado financeiro e pela redução dos tributos sobre o lucro, somadas à evolução positiva do resultado operacional.

	3º ITR 2026	3º ITR 2025	Δ R$	Δ %
Resultado Operacional	526.353	521.862	4.491	0,9%
Resultado Financeiro	(48.206)	(72.169)	23.963	-33,2%
Tributos sobre o Lucro	(120.588)	(132.736)	12.148	-9,2%
Lucro Líquido	**357.559**	**316.957**	**40.602**	**12,8%**

EBITDA

No 3º ITR de 2026, o EBITDA da Companhia alcançou R$678,392, uma diminuição de 0,7% em relação aos R$683,116 registrados no 3º ITR de 2025. A margem EBITDA também apresentou um decrescimento, passando de 42,0% em setembro de 2025 para 40,0% em setembro de 2026, o que representa uma variação negativa de 4,9%.

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

GOVERNO DE SANTA CATARINA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 30 de setembro de 2026, em milhares de Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN) é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, que atua como concessionária do setor de saneamento, por meio de contratos de programas e de convênios, sendo os instrumentos legais firmados com as prefeituras municipais e concedem à Companhia o direito de prestar os serviços de gestão, operação e manutenção de sistemas de abastecimento de água, de coleta e de tratamento de esgoto.

Considerada uma das maiores empresas do Estado de Santa Catarina, a CASAN beneficia diretamente uma população de quase 3 milhões de pessoas nos seus municípios atendidos, sendo 193 municípios catarinenses (66% dos municípios do estado) e 1 paranaense.

A Companhia também fornece água no atacado para outros seis municípios clientes, operados com sistemas próprios, que juntos têm uma população superior a 300 mil pessoas.

Dos 194 municípios onde presta os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, 182 possuem Contratos de Prestação de Serviço em vigor, dos quais 174 possuem as metas de universalização previstas na Lei Federal nº 11.445/2007 e representam aproximadamente 90,6% do faturamento da Companhia.

Nos demais municípios, a Companhia permanece operando e realizando as ações de modo a garantir a continuidade da prestação dos serviços, até que os municípios adotem as medidas de sua responsabilidade, previstas na legislação, para a regularização da concessão dos serviços.

Considerando a Lei nº 14.026/2020 – Novo Marco Legal do Saneamento, cuja proposta é aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no país, a Companhia está determinada a atender as diretrizes nacionais para o saneamento básico e suas metas de universalização, para que até 2033, 99% da população de áreas urbanas tenha acesso à água potável, sendo o índice atual de 96% e pelo menos 90% tenha acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgoto, sendo o índice atual de 30%.

A Companhia também aguarda a regulamentação da prestação regionalizada do saneamento em Santa Catarina, a fim de oportunizar novas formas de atendimento, contratação e expansão da sua atuação no Estado.

No quadro abaixo está demonstrado o quantitativo de municípios por ano de vencimento dos Contratos de prestação de serviços:

Nº DE MUNICÍPIOS POR VENCIMENTO DO CONTRATO E % DA RECEITA					
2026 a 2030	54	15%	2051 a 2055	3	3%
2031 a 2035	13	28%	2056 a 2060	2	8%
2036 a 2040	25	4%	2061 a 2065	2	1%
2041 a 2045	38	24%	Sem ou vencido	12	3%
2046 a 2050	45	14%	**Total de municipios = 194**		

A CASAN tem atuado na prestação dos serviços, no desenvolvimento de projetos e na execução de obras voltadas ao cumprimento dos Contratos e ao alcance das metas de universalização do abastecimento de água e do esgotamento sanitário estabelecidas pela legislação federal – Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, alterada pela Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. Paralelamente, a Companhia tem empreendido esforços para a viabilização da prorrogação dos contratos vigentes, bem como a ampliação de sua área de atuação, fortalecendo sua presença institucional, promovendo a continuidade de seus negócios e assegurando a sustentabilidade da prestação dos serviços públicos de saneamento.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis n.º 6.404/76, n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Seguem, ainda as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando todas as informações contábeis relevantes e materiais da Companhia, que correspondem àquelas utilizadas na gestão da Administração

As demonstrações contábeis intermediárias foram concluídas pela Administração e autorizadas para emissão em 20 de outubro de 2026.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas segundo a convenção do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

a. Os instrumentos financeiros são mensurados de acordo com o CPC 48/IFRS 9, conforme sua classificação em: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI); ou (iii) valor justo por meio do resultado (FVTPL). A classificação considera o modelo de negócios e o teste SPPI. A Categoria "disponível para venda", foi revogada no CPC 48.

b. O ativo atuarial de benefício definido (BD) é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e das perdas

atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis e as notas explicativas são apresentadas em milhares de Reais, a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações do exercício segundo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas notas explicativas:

Nota 09 – Contas a receber de clientes

Nota 14 – Ativo fiscal diferido

Nota 15 – Intangível, Ativo de Contrato e Imobilizado

Nota 20 – Provisão para contingências

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas e práticas contábeis são aplicadas de maneira consistente pela Companhia.

As principais políticas e práticas contábeis materiais, adotadas na elaboração das demonstrações foram:

3.1. Transações e posições em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda corrente do país pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

3.2. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

Recebíveis e depósitos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação onde a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: caso seja classificado como mantido para negociação e designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos conforme a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Mudanças no valor justo de ativos financeiros assim mensurados são reconhecidas no resultado do exercício.

- Recebíveis: são ativos financeiros com valores fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços, como é o caso do saldo contabilizado como Ativos Financeiros, conforme nota explicativa nº 13.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação onde a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A compensação de instrumentos financeiros é efetuada em conformidade com as disposições estabelecidas no CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os recursos em espécie, os depósitos à vista em contras bancárias e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que funcionam como reserva de liquidez imediata, sem risco relevante de mudança no valor.

3.4. Contas a receber de clientes e Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber dos consumidores pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. Se o recebimento é esperado para um ano ou menos, ele é classificado como ativo circulante. Caso contrário, é apresentado como ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo (valor faturado) ajustado pela provisão para perda para valor recuperável dos ativos (*impairment*), quando necessário.

A Companhia registra uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para os valores vencidos por mais de 180 dias, representando um saldo considerado suficiente pela administração para cobrir possíveis perdas nas contas a receber, com base na análise do histórico de recebimentos. Os saldos de contas a receber de clientes pendentes por mais de 720 dias são reconhecidos como perdas. O valor assim determinado pode ser ajustado quando excessivo ou insuficiente, com base na análise do histórico de recebimentos, levando em consideração a expectativa de recuperação nas diferentes categorias de clientes.

Além do critério de vencimento, a Companhia pode considerar fatores históricos de recuperação, perfil dos consumidores, características dos segmentos atendidos e informações prospectivas disponíveis na estimativa da perda esperada.

3.5. Estoques

Os estoques de produtos para consumo e manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

3.6. Ativo de Contrato

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível, após a conclusão das obras.

Os custos de construção permanecem registrados como Ativo de Contrato durante a fase de implantação das obras e incluem custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção. Após a entrada em operação dos ativos, inicia-se a amortização conforme a vida útil e os mesmos são bifurcados entre ativo financeiro de contrato e ativo intangível em decorrência do prazo de contrato onde o bem se encontra e vida útil do bem.

3.7. Imobilizado e Intangível

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado e Intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação/amortização acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de determinados itens foi apurado por referência à reavaliação anteriormente efetuada no BR GAAP.

Quando partes de um item têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado ou intangível.

Ganhos e perdas na alienação de um item são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado ou intangível é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente irão fluir para a Companhia e caso seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação ou amortização

Calculada sobre o valor depreciável ou amortizável de um bem, sendo o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

É reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas (conforme legislação fiscal) de cada item ou parte de um item, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos do imobilizado não são depreciados.

3.8. Capital Social

- Ações ordinárias: São classificadas como patrimônio líquido. Dão direito a voto nas assembleias de acionistas.

- Ações preferenciais: São classificadas como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. Possuem direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

3.9. Redução ao Valor Recuperável – *Impairment*

Ativos Financeiros, incluindo recebíveis

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

Podem ser evidências objetivas de que os ativos financeiros perderam valor: o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor; a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que a Companhia não consideraria em outras transações; indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor pelo conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos. Posteriormente, as tendências históricas são ajustadas para refletir o julgamento da administração quanto às condições econômicas e de crédito atuais, que podem gerar perdas reais maiores ou menores que as anteriormente sugeridas.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia: estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes dos impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Com a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente, são agrupados no menor grupo de ativos, que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou "UGC").

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável, relacionadas às UGCs, são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houver perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base *pro rata*.

No caso do ativo imobilizado, as perdas de valor recuperável, reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Para a apuração do valor recuperável dos ativos, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;

- Consideramos como unidade geradora de caixa a Companhia, devido à sua estrutura tarifária única em todos os municípios operados, pelo amparo regulatório das agências;
- Vida útil baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC;
- As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos e mantidas estáveis do 6º ano em diante, conforme preconiza o CPC 01 (R1), em moeda corrente.
- A taxa de desconto utilizada foi proveniente da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (*Weighted Average Cost of Capital – WACC*) regulatório, calculado pela Agência Reguladora ARESC para a CASAN na revisão tarifária - 6,84%;
- As premissas de reajuste tarifário, crescimento operacional e evolução do OPEX, foram projetados conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia;
- O valor residual contábil dos ativos (ou unidade geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foram considerados como valor recuperável, tal procedimento foi adotado em virtude dos contratos de concessões e contratos de programa, preverem ressarcimento à Companhia dos ativos residuais em caso de não renovação ou quebra de contrato;

O estudo técnico de 2025 avaliou que não há indicativo de perda por *impairment* amparada, principalmente pela Lei nº 11.445/07, que garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, através da tarifa ou via indenização.

3.10. Benefícios a Empregados

Plano de benefício definido CASANPREV

É um plano de benefício pós-emprego. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de previdência complementar de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Aquele benefício é descontado ao seu valor presente.

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das informações do exercício para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda onde os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado por meio do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia.

Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear, ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Plano de Demissão Voluntária Incentivada - Benefício de término de vínculo empregatício

É reconhecido como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária.

Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso: a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária; seja provável que a oferta seja aceita; e o número de funcionários que irá aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data base das informações do exercício, então eles são descontados aos seus valores presentes.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor, em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.11. Provisões

São reconhecidas, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

3.12. Receita por Serviços Prestados

Receitas de abastecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas à medida que a água é consumida e os serviços são prestados. As receitas são reconhecidas ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de imposto sobre valor agregado, devoluções, abatimentos e descontos. As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e esgoto a faturar são contabilizadas como contas a receber com base em estimativas mensais.

A Companhia reconhece a receita quando:

i. o valor da receita pode ser mensurado com segurança;

ii. é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e

iii. é provável que os valores serão arrecadados. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas à sua prestação estejam resolvidas.

3.13. Receita de Construção

A concessionária deve reconhecer e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção dos bens vinculados à prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, usando o método da porcentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado.

A margem de construção adotada pela Companhia é estabelecida como sendo igual a zero, ou seja, margem nula. O valor da receita de construção é apresentado na Nota explicativa nº25, porém não é incluso nas demonstrações contábeis.

3.14. Subvenção e Assistência Governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e de que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática, nos mesmos períodos em que as despesas correspondentes forem reconhecidas. As subvenções que visam compensar a Companhia pelo custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

3.15. Receitas financeiras e Despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em base líquida.

3.16. Impostos sobre Receitas

Como impostos sobre as receitas são reconhecidos PIS e COFINS, utilizando o regime de competência.

3.17. Imposto de Renda e Contribuição Social

Os impostos incidentes sobre a renda, tanto o do exercício corrente como o diferido, são calculados com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescidos do adicional de 10% sobre o excedente a R$240 mil. A Contribuição Social do exercício corrente e a diferida são apuradas com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber apurado sobre o lucro, ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável.

Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações do exercício.

Os passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar impostos e contribuições correntes, e eles se relacionem a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.18. Resultado por Ação

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão entre o resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

A Companhia não possui ações em circulação que possam causar diluição, assim, os lucros básico e diluído por ação são iguais.

3.19. Informações por Segmento

Um segmento operacional é uma área de atuação da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras áreas de atuação da Companhia.

A Companhia possui dois segmentos de negócios identificáveis, apresentados por serviços de água e de esgotamento sanitário. As informações por segmentos são demonstradas na Nota Explicativa nº 6.

3.20. Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) individual nos termos da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Esta é apresentada como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BR GAAP.

A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços prestados, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços, aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas).

A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.21. Direito de Uso – Arrendamento

Os arrendamentos contratados pela Companhia impactaram as Demonstrações contábeis da seguinte forma:

- Reconhecimento de ativo de direito de uso e de passivo de arrendamento no balanço patrimonial, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento;
- Reconhecimento de despesas de depreciação de ativos de direito de uso na demonstração do resultado;
- Reconhecimento de despesas de juros no resultado financeiro sobre os passivos de arrendamento na demonstração de resultado; e
- Segregação do pagamento dos arrendamentos por uma parcela principal apresentada dentro das atividades de financiamento e um componente de juros apresentado dentro das atividades operacionais nos fluxos de caixa.

As novas definições de uma locação foram aplicadas a todos os contratos identificados vigentes na data de adoção da norma. O IFRS 16/NBC TG 06 (R3) determina que o contrato contém um arrendamento se ele transmite ao arrendatário o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período por troca de contraprestações.

A Companhia efetuou o inventário dos contratos, avaliando se estes contêm ou não arrendamento conforme o IFRS 16/NBC TG 06 (R3). Esta análise identificou impactos, principalmente, relacionados às operações de arrendamento de veículos, geradores e outros equipamentos.

Os contratos de arrendamento de curto prazo (doze meses ou menos) e os de baixo valor (materialidade definida internamente) não foram objeto dessa análise, conforme faculta a norma. Para esses contratos a Companhia continuará a reconhecer uma despesa de arrendamento em uma base linear, caso ocorram.

Ao mensurar os passivos de arrendamento, a Companhia desconta os pagamentos aplicando a taxa de 6,84% a.a., WACC operacional, aprovado pelas Agências Reguladoras.

A CASAN adotou a nova norma escolhendo o modelo de adoção retrospectiva modificada, com efeito cumulativo na data da aplicação inicial:

i. se teriam ocorrido ajustes por remensuração;

ii. qual a maturidade dos contratos/vencimento das prestações nos próximos exercícios;

iii. juros incorridos no período (ajuste a valor presente);

iv. PIS/COFINS incidentes nas contraprestações.

Os contratos avaliados possuem vencimento máximo de 60 meses e a última parcela a ser liquidada é estimada no exercício de 2028, conforme tabela de arrendamento mercantil abaixo.

MATURIDADE DOS CONTRATOS (Posição inicial do ano)		
Vencimento das Prestações	**Ano 2026**	**Ano 2025**
2025	-	26.698
2026	22.656	41.954
2027	7.901	4.394
2028	3.388	2.036

Os saldos de direito de uso e arrendamento mercantil estão representados da seguinte forma:

ATIVO Não Circulante	**31/12/ 2025**	**Revisão / novos contratos**	**Baixas**	**Depreciação**	**30/09/ 2026**
Direito de uso, Contratos de Arrendamento	28.592	5.671	(4.025)	(16.453)	13.785

PASSIVO	**31/12/ 2025**	**Revisão / novos contratos**	**Amorti-zação.**	**Ajuste a valor presente**	**30/09/ 2026**
Contratos de Arrendamento Mercantil	46.744	5.671	(25.080)	(12.110)	15.225
Circulante	**39.898**				**10.120**
Não Circulante	**6.846**				**5.105**

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

4.1. Gestão de Risco Financeiro

A Agência de classificação de risco de crédito Fitch Ratings (Fitch) em 24 de julho de 2024 realizou um upgrade no rating nacional de longo prazo da Companhia para 'BBB+ (bra)', elevando em uma única vez, três níveis (notches), o que a torna uma empresa segura para investimentos com perspectiva estável.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes fatores de riscos financeiros:

Risco de Liquidez

Risco definido como a possibilidade de a Companhia não possuir recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, ou mesmo de ter de arcar com custos adicionais para fazê-lo devido à escassez de recursos financeiros suficientes na data estabelecida para cada dívida, tendo em vista como consequência os descasamentos entre fluxos de pagamento e de recebimentos.

O monitoramento da liquidez será baseado, principalmente, nas projeções de fluxo de caixa da Companhia por no mínimo 12 meses, considerando receitas e despesas operacionais e de custeio, geração de caixa operacional, serviço da dívida, desembolso CAPES e possíveis alterações e sazonalidades.

As estratégias para mitigar o risco de liquidez são manter o CMO – caixa mínimo operacional e garantir linhas de crédito disponíveis para o gerenciamento das operações e do fluxo de caixa.

Risco de Crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a Administração também considera a demografia da sua base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria.

Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

Risco de Mercado

Relaciona-se ao risco de os retornos do negócio declinarem devido a fatores de mercado independentemente das decisões e ações da Companhia. O risco de mercado incorpora inúmeros riscos diferentes, como:

- Risco de taxas de juros: relaciona-se à elevação das taxas de juros às quais a Companhia está exposta em função dos empréstimos e financiamentos assumidos e também à possível redução das taxas de remuneração das suas aplicações;

- Risco de taxas de câmbio: refere-se às potenciais perdas devido às inesperadas mudanças nas taxas de câmbio das moedas às quais estão vinculados os financiamentos obtidos pela CASAN;

Risco Financeiro

Relaciona-se com o grau de incerteza associado ao pagamento do passivo e do patrimônio líquido usados para financiar um negócio. Quanto maior é a proporção de dívida usada para financiar uma Companhia, maior será o seu risco financeiro. O financiamento da dívida

condiciona o pagamento de juros e amortizações, aumentando, assim, o risco. A incapacidade de atender às obrigações associadas ao uso da dívida pode resultar na insolvência da empresa e em perdas para os portadores de títulos da dívida, bem como para os acionistas.

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros. Todas as operações estão registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender suas necessidades operacionais e de expansão, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e de taxa de juros.

Análise de Sensibilidade a Taxa de Juros

A Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade dos juros sobre as aplicações financeiras, os empréstimos, os financiamentos e as debêntures sujeito a taxa de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos. Se as taxas mantidas em reais variassem em 12,5%, 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito (dos juros calculados à taxa projetada para o período de doze meses ou até a data de liquidação final de cada contrato, o que acontecer primeiro), seria o demonstrado a seguir:

Indexador		09/2026 a 09/2027	+12,5%	-12,5%	+25%	-25%	+50%	-50%
Projeção dos Juros		**300.142**	**337.659**	**262.624**	**375.177**	**225.106**	**450.212**	**150.071**
CAIXA	UPR	14.453	16.259	12.646	18.066	10.840	21.679	7.226
Debêntures Simples	CDI	112.604	126.679	98.528	140.754	84.453	168.905	56.302
Debêntures Incentivada	IPCA	103.220	116.123	90.318	129.025	77.415	154.830	51.610
Banco do Brasil CCB	CDI	12.877	14.487	11.268	16.097	9.658	19.316	6.439
Notas Comerciais	CDI	56.988	64.111	49.864	71.235	42.740	85.482	28.494
Indexador:	CDI	13,65	15,35625	11,94375	17,0625	10,2375	20,475	6,825
	UPR	23,49655	26,43362	20,55948	29,37068	17,62241	35,24482	11,74827

Análise de Sensibilidade a Taxa de Câmbio

A Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de câmbio sobre os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possam gerar impactos significativos. Se as taxas variassem em 12,5%, 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito seria o demonstrado a seguir:

	Moeda	30/09/2026	+12,5%	-12,5%	+25%	-25%	+50%	-50%
Passivo Financeiro		**622.082**	**699.840**	**544.320**	**777.600**	**466.560**	**933.120**	**311.040**
AFD	Euro	59.752	67.220	52.282	74.689	44.813	89.627	29.876
JICA	Ien	276.471	311.029	241.911	345.588	207.353	414.705	138.235
FONPLATA	Dolar	285.859	321.591	250.127	357.323	214.394	428.788	142.929
Cotação:	Euro	5,87770	6,6124125	5,1429875	7,347125	4,408275	8,81655	2,93885
	Ien	0,03294	0,0370575	0,0288225	0,041175	0,024705	0,04941	0,01647
	Dolar	5,18090	5,8285	4,5333	6,4761	3,8857	7,7714	2,5905

A Política de Gestão de Riscos Financeiros e Aplicações de Recursos da Companhia está disponível no site de relação com investidores.

4.2. Gestão de Capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é de assegurar sua capacidade de continuidade para suportar seus investimentos e oferecer retorno aos seus acionistas. A companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total (capital próprio mais capital de terceiros).

A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraídos de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata, conforme tabela a seguir:

	30/09/2026	31/12/2025
Total de Empréstimos e Financiamentos (nota 16)	3.010.193	2.789.282
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(7.091)	(4.786)
(-) Aplicações Financeiras e Títulos (nota 8)	(432.406)	(552.827)
Dívida Líquida	2.570.696	2.231.669
Total do Patrimônio Líquido	2.941.007	2.600.843
Capital Total	5.951.200	5.390.125
Índice de Alavancagem	43%	41%
Participação de Capital Próprio	49%	48%

4.3. Instrumentos Financeiros

Empréstimos e financiamentos: o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional: são classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira: coerentes com a política financeira da Companhia e estão contabilizados pelos seus valores de mercado em reais, mediante a cotação da data da elaboração do demonstrativo.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia são:

	Valor Contábil = Valor Justo	
	30/09/2026	31/12/2025
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.091	4.786
Aplicações Financeiras e Títulos	432.406	552.827
Contas a Receber de clientes (líquido de PDD)	376.648	372.180
Empréstimos e Financiamentos em Moeda Nacional	(2.388.111)	(2.051.638)
Empréstimos e Financiamentos em Moeda Estrangeira	(622.082)	(737.644)

Considerações gerais:

Os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa – estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;

Aplicações financeiras – são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;

Títulos e valores mobiliários – são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado;

Contas a Receber – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis.

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, e incluem as expectativas de eventos futuros razoavelmente prováveis.

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem divergir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de se concretizarem por valor diferente do previsto, por isso, podem provocar um ajuste importante nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício contábil estão divulgadas abaixo:

5.1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise das contas a receber de clientes.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores, entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

5.2. *Impairment* de ativos de vida útil longa

A Companhia realiza teste de *impairment* em ativos de vida útil longa, principalmente no ativo Intangível, que inclui os bens do sistema de água e esgoto detidos e usados no negócio, para determinar quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável.

A avaliação do *impairment* dos ativos de vida útil longa exige o uso de premissas e estimativas com relação a assuntos inerentemente incertos, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxo de caixa futuros, taxas de crescimento estimadas e a vida útil remanescente dos ativos, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período, o que

sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

5.3. Provisões para contingências

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais, contestações de clientes e fornecedores e outros processos. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na nota explicativa nº20. A Companhia constitui provisão para perdas resultantes desses processos quando conclui que a probabilidade de perda é provável e o valor de tal perda pode ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros. Como resultado do julgamento exigido na avaliação e cálculo dessas provisões para contingências, as perdas reais realizadas em períodos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e, inclusive, exceder os valores provisionados.

5.4. Complementação de benefícios a empregados

O valor presente das obrigações previdenciárias depende de uma série de fatores que são determinados de acordo com uma base atuarial usando uma série de premissas. As premissas usadas na determinação do custo líquido para aposentadoria dos colaboradores incluem a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas causarão impacto no valor contábil das obrigações previdenciárias.

A Companhia determina as taxas de desconto apropriadas ao final de cada exercício, que representa a taxa de juros que deve ser usada para determinar o valor presente de desembolsos futuros de caixa, que se espera sejam exigidos para a liquidação das obrigações previdenciárias.

Outras premissas-chave para obrigações previdenciárias são em parte baseadas nas condições do mercado corrente. Informações adicionais sobre os planos previdenciários são apresentadas nas notas explicativas nº 3.10 e 17.1.

Diferenças na experiência atual ou mudanças nas premissas podem afetar o valor contábil das obrigações previdenciárias e despesas reconhecidas nos resultados da Companhia.

6. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia opera em dois segmentos: tratamento e distribuição de água, e coleta e tratamento de esgoto sanitário. As políticas contábeis para esses segmentos são as mesmas usadas nas demonstrações contábeis.

Ativos e passivos são divulgados de forma consolidada. Consequentemente, não são divulgadas informações sobre outros ativos e passivos de forma segregada, a exceção das mencionadas nessas notas explicativas, como a nota 15 relacionada ao Intangível, Ativo de Contrato e Imobilizado. As informações dos segmentos, usadas para decisões estratégicas e revisadas pela Diretoria Executiva, são as seguintes:

Receita Operacional e Resultado:

	30/09/2026		
	Água	Esgoto	Total DRE

Receita bruta das vendas e dos serviços prestados*	1.453.017	421.345	1.874.362
Deduções da receita bruta	(137.298)	(39.717)	(177.015)
Receita líq. vendas e dos serviços prestados	**1.315.719**	**381.628**	**1.697.347**
Amortização operacional			(114.702)
Custos dos serviços e dos produtos vendidos*			(685.661)
Lucro bruto			**896.984**
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(389.751)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			19.120
Lucro antes do resultado financeiro e impostos			**526.353**

	30/09/2025		
	Água	Esgoto	Total DRE
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados*	1.388.645	406.491	1.795.136
Deduções da receita bruta	(131.336)	(38.386)	(169.722)
Receita líq. vendas e dos serviços prestados	**1.257.309**	**368.105**	**1.625.414**
Amortização operacional			(102.602)
Custos dos serviços e dos produtos vendidos*			(661.056)
Lucro bruto			**861.756**
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(346.795)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			6.901
Lucro antes do resultado financeiro e impostos			**521.862**

*Receitas e Custos apresentados líquidos das Receitas e Custos de Construção.

Receita Operacional por Região:

	30/09/2026		30/09/2025	
	Água	Esgoto	Água	Esgoto
Metropolitana	629.272	258.688	607.682	254.096
Sul/Serra	276.352	76.015	262.155	72.682
Oeste	301.767	60.937	286.048	55.373
Norte/Vale	245.626	25.705	232.760	24.340
Total	**1.453.017**	**421.345**	**1.388.645**	**406.491**

Receita Operacional por Município:

	30/09/2026		30/09/2025	
	Água	Esgoto	Água	Esgoto
Florianópolis	324.016	190.296	319.048	188.534
Chapecó	97.490	40.174	89.016	37.392
Criciúma	106.320	45.697	101.327	43.713
Rio do Sul	37.313	1.554	36.087	1.579
São José	135.003	51.613	130.932	50.194
Outros	752.875	92.011	712.235	85.079
Total	**1.453.017**	**421.345**	**1.388.645**	**406.491**

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem bens numerários e depósitos bancários livres para uso imediato, conforme tabela a seguir:

	30/09/2026	31/12/2025
Bancos	7.091	4.786
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	**7.091**	**4.786**

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS E TÍTULOS

O montante de R$432.406 em 30 de setembro de 2026 (R$552.827 em 31 de dezembro de 2025) refere-se a aplicações em fundos de renda fixa, remunerados com base no CDI – Certificado de Depósitos Interbancário em instituições financeiras renomadas, sem destinação específica no seu uso.

8.1. Política de gestão de riscos financeiros e aplicação de recursos

Foi aprovada em 14 de dezembro de 2022 a política de gestão de riscos financeiros e aplicação de recursos que instituiu diretrizes e competências que devem ser observadas pela Companhia, por todos os empregados e administradores.

8.2. Reconhecimento de perda em investimento

Em 2018 a CASAN possuía cotas nos Fundos de Investimentos Florença e Fromage, recebidos em dação de pagamento de um acordo extrajudicial com da Fundação Catarinense de Assistência Social - FUCAS. Em 2019 as cotas foram centralizadas no fundo Fromage, em 2020 o fundo foi avaliado a valor zero e a Companhia reconheceu contabilmente a perda patrimonial de R$14.187. Em 2021 ocorreu a liquidação do fundo, resultando na conversão das cotas de participação, quando passou a CASAN a deter uma parte do capital social da investida SM4 Indústria e Comércio de Laticínios (uma sociedade anônima de capital fechado, a qual não é dirigida pela CASAN). A Companhia está em tratativas e buscando opções para se desfazer dessa participação.

Em razão da perda inicial, a CASAN realizou uma auditoria internamente, sindicância e Tomada de Contas Especial, bem como encaminhou o processo ao Tribunal de Contas (sob o n° TCE/SC 22/00496456) e à Comissão de Valores Mobiliários (sob o nº 19957.013002/2022-10).

Em 25 de julho de 2024 o Pleno do TCE/SC, considerou irregular a aceitação das cotas desses fundos de investimentos pela Companhia. A decisão condenou os responsáveis à época (ex-gestores da Companhia) à devolução dos R$14.187 investidos. A Companhia está acompanhando os desdobramentos desse processo por meio de sua Procuradoria Jurídica, com o objetivo de garantir que a CASAN seja devidamente ressarcida pelos prejuízos identificados.

Conforme descrito na Nota 13.3 – Outros Créditos a Receber, a Companhia obteve recuperação parcial de valores relacionados a este mesmo evento, por meio do ajuizamento de execução das CCIs recebidas após a liquidação do Fundo Florença, resultando em Termo de Acordo no valor de R$3.785 com condições de pagamento parcelado.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal de suas atividades e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes da prestação dos serviços.

Quando o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, como parcelamentos de dívidas vincendas em mais de 12 meses, está apresentadas no ativo não circulante.

	30/09/2026	31/12/2025
Circulante		
Consumidores finais	324.702	316.102
Entidades públicas	38.666	34.420
Consumo a faturar	103.275	104.245
(-) Provisão créditos de liquidação duvidosa PCLD	(103.605)	(96.624)
Total Circulante	**363.038**	**358.143**
Não circulante		
Consumidores finais	9.470	9.237
Entidades públicas	4.140	4.800
Total Não circulante	**13.610**	**14.037**
Total Contas a Receber de Clientes	**376.648**	**372.180**

A seguir apresentam-se as contas a receber em 30 de setembro de 2026, segregadas por categoria e pela faixa de idade dos saldos:

CATEGORIA	A vencer	< 90 dias	> 90 dias e < 180 dias	> 180 dias e < 720 dias	Total
Comercial	31.346	7.285	2.165	9.231	50.027
Industrial	5.910	857	366	1.258	8.391
Pública	17.391	4.376	4.030	21.508	47.305
Residencial	131.054	52.219	16.374	71.608	271.255
Consumo a faturar	103.275	-	-	-	103.275
	288.976	64.737	22.935	103.605	480.253
PCLD	-	-	-	(103.605)	(103.605)
Total Contas a Receber	**288.976**	**64.737**	**22.935**	**-**	**376.648**

As perdas reconhecidas, durante todo o histórico da Companhia, relativas às faturas vencidas há mais de 720 dias totalizam R$431.426 (R$398.444 em 31 de dezembro de 2025).

9.1. Reajuste Tarifário

Em janeiro de 2026, as Agências Reguladoras: ARESC - Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina, ARIS - Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento, AGIR - Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí e CISAM-SUL - Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental, autorizaram o reajuste de 5,8% nas tarifas de Água, Esgoto, Serviços e Infrações que será aplicado a partir do mês de abril de 2026.

10. ESTOQUES

Os estoques de materiais e equipamentos são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e das atividades de suporte.

Estes são demonstrados pelo custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante, conforme segue:

	30/09/2026	31/12/2025
Total Estoques, Materiais em almoxarifado	**133.770**	**131.438**

11. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os impostos a recuperar, possuem seu principal montante relacionado a impostos sobre o lucro, que possuem fechamento anual.

Apresentam a seguinte composição:

	30/09/2026	31/12/2025
Imposto de Renda a compensar	103.007	-
Contribuição Social a compensar	39.002	-
Impostos retidos a recuperar	41.787	29.016
Outros	16.673	16.629
Total	**200.469**	**45.645**

O aumento dos direitos fiscais decorre, principalmente, do pagamento das obrigações de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidentes sobre o resultado do período, pagos por estimativa mensal, cujos as baixas ocorrerão nos prazos estabelecidos pela legislação tributária, no encerramento do período.

12. OUTROS

Classificam-se neste grupo os valores referentes a adiantamentos a funcionários e fornecedores, convênios com prefeituras, depósitos em caução, impostos e contribuições antecipadas ou a recuperar e outras contas.

Esses créditos são apresentados no ativo circulante. Casos em que a realização ocorre em período superior a um ano após a data da demonstração, saem desse grupo e passam a figurar no ativo não circulante.

Apresentam a composição a seguir:

	30/09/2026	31/12/2025
Adiantamentos a fornecedores	5.800	7.598
Convênios com prefeituras	198	198
Adiantamentos a empregados	7.473	923
Pagamentos reembolsáveis	1.215	1.197
Outros créditos	1.276	1.162
Total	**15.962**	**11.078**

Os convênios com municípios referem-se, substancialmente, a recursos repassados por meio de convênios de parceirização para a manutenção e a preservação de mananciais, a repavimentação e a gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgotos sanitários, que possuem prestação de contas posterior à CASAN.

O aumento dos Adiantamentos a Empregados decorre, principalmente, das antecipações da primeira parcela do 13º salário, efetuadas no período aos colaboradores solicitantes.

13. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

13.1. Ativos Financeiros de Contrato

A Companhia registra os valores dos ativos operacionais que possuem vida útil superior ao prazo dos contratos de programa e que consequentemente deverá ser indenizada pelo Poder Concedente no momento do término do contrato.

Estes valores foram reconhecidos inicialmente pela assinatura de cada Contrato e posteriormente pela adição de parcela referente ao investimento em novos ativos que extrapolam o prazo contratual.

A Companhia possui, em 30 de setembro de 2026, R$1.026.269 (R$948.694 em 31 de dezembro de 2025) como ativo financeiro indenizável (municípios), referentes ao montante esperado de recebimento ao final das concessões.

Abaixo demonstramos a movimentação do Ativo Financeiro de Contrato:

	Saldo em 31/12/2025	Adições	Ajustes	Saldo em 30/09/2026
Sistemas de Água	539.071	68.788	(1.309)	606.550
Sistemas de Esgoto	409.623	9.461	635	419.719
Ativos Financeiros de Contrato	**948.694**	**78.249**	**(674)**	**1.026.269**

13.2. Ativo Financeiro de Municipalizados

Até 30 de setembro de 2026 a Companhia mantinha registrado em conta do Ativo Realizável a Longo Prazo (Ativos Financeiro) os valores decorrentes de Contratos de Concessão denunciados por parte dos municípios que os romperam, os quais provocaram ações judiciais por parte da CASAN, pleiteando indenizações contratuais dos investimentos em ativos operacionais.

Com base nos contratos que continham cláusula prevendo indenização no caso de rescisão ou extinção, a reversão prevê indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados ou amortizados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido.

Ativos Financeiros	Saldo Contábil Inicial	Ajustes	Saldo Contábil 30/09/2026
Morro da Fumaça	4.438	(3.328)	1.110
Bombinhas	6.933	(6.050)	883
Ilhota	1.498	(1.310)	188
Princesa	189	(142)	47

Guabiruba	2.062	(1.547)	515
Videira	9.798	(7.348)	2.450
Porto Belo	7.469	-	7.469
Caçador	8.242	-	8.242
Concordia	100.867	-	100.867
Total	**141.496**	**(19.725)**	**121.771**

Até o presente momento a Companhia possui ações indenizatórias contra esses municípios em virtude dos investimentos realizados. Adicionalmente, a Companhia está elaborando novas ações de indenizações contra os demais municípios que rescindiram o contrato de exploração de água e esgoto.

Segue abaixo demonstrativo com valor histórico, por município, das indenizações pleiteadas judicialmente:

Prefeitura municipal de:	Ano saída	Valor inicial	Prefeitura municipal de:	Ano saída	Valor inicial
Tubarão	2005	17.000	Camboriú	2005	7.000
Balneário Gaivota	2010	2.420	Navegantes	2005	6.000
Campo Alegre	2011	1.879	Ilhota	2017	2.215
Canelinha	2009	4.094	Balneário Camboriú	2005	40.000
Capivari de Baixo	2010	955	Schroeder	2007	2.000
Corupá	2010	3.982	Sombrio	2007	2.594
Fraiburgo	2005	2.200	São Francisco do Sul	2013	7.047
Guaramirim	2007	6.535	Joinville	2005	135.000
Itapoá	2007	3.469	Papanduva	2005	800
Imbituba	2014	25.037	Três Barras	2011	2.281
Massaranduba	2010	2.486	Timbó	2005	5.000
Meleiro	2009	571	Itapema	2005	4.000
Palhoça	2007	10.000	São José do Cedro	2014	3.584
Penha	2012	8.896	Lages	2005	110.000
Praia Grande	2013	1.078	Garuva	2012	475
Presidente Getúlio	2010	4.536	Gravatal	2015	8.308
São João Batista	2005	1.900	Videira	2018	9.000
Bombinhas	2017	7.100	Guabiruba	2018	3.072
Princesa	2017	191	Concórdia	2025	128.000
Caçador	2019	26.000			
Total de Indenizações, considerando valor inicial, no ano de saída:		**606.705**			

13.3. Outros Créditos a receber

A Companhia proferiu com êxito o ajuizamento de execução das CCIs recebidas após a liquidação do Fundo Florença. Com isso, as devedoras assinaram um Termo de Acordo no valor de R$3.785 com a CASAN (com as seguintes condições de pagamento: 10% de entrada e o

saldo remanescente dividido em 60 pagamentos mensais, sendo que da 2ª parcela em diante há a correção do saldo devedor pelo IPCA do mês anterior).

Esses valores referem-se à recuperação parcial dos investimentos mencionados na Nota 8.2 – Reconhecimento de perda em investimento.

	30/09/2026	31/12/2025
Outros Créditos a Receber	**1.668**	**2.228**

14. ATIVO FISCAL DIFERIDO

A Companhia reconheceu ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias como segue:

	30/09/2026				31/12/2025
Natureza da Provisão:	**Base de cálculo**	**IRPJ**	**CSLL**	**Total**	**Total**
Créditos de liquid. duvidosa	103.605	25.901	9.325	35.226	32.852
Contingências trabalhistas	8.637	2.159	777	2.936	2.226
Contingências cíveis	67.095	16.774	6.039	22.813	25.795
Contingências ambientais	-	-	-	-	-
Prejuízo Fiscal	-	-	-	-	-
Total	**179.337**	**44.834**	**16.141**	**60.975**	**60.873**
Classificação do ativo diferido:					
Realizável a longo prazo				**60.975**	**60.873**

A realização destes ativos fiscais diferidos dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas, em consonância com o CPC 32.

A Administração entende ser provável a realização integral dos créditos tributários diferidos mediante geração de lucros tributáveis futuros.

As movimentações do ativo fiscal diferido foram as seguintes:

Imposto de Renda Diferido Ativo	01 de janeiro de 2025	Creditado /Debitado à DRE	31 de dezembro de 2025	Creditado /Debitado à DRE	30 de setembro de 2026
Provisão crédit. liquid. duvidosa	28.626	4.226	32.852	2.374	35.226
Provisão para contingências	28.070	(49)	28.021	(2.272)	25.749
Prejuízo Fiscal	-	-	-	-	-
Ajuste a Valor Justo	-	-	-	-	-
Total	**56.696**	**4.177**	**60.873**	**102**	**60.975**

15. INTANGÍVEL, ATIVO DE CONTRATO E IMOBILIZADO

Os grupos de ativos Intangível, Imobilizado e Ativos de Contrato da Companhia estão representados pelos bens destinados às atividades operacionais e administrativas, como segue abaixo:

15.1. Ativos Intangíveis

	31/12/2025 Líquido	Amortização	Baixas e Ajustes	Aquisiçõe s/ Transf.	30/09/2026 Líquido
Sistema de Água	667.537	(73.478)	(150)	134.477	728.386
Sistema de Esgoto	1.181.583	(73.503)	(154)	34.834	1.142.760
Total	**1.849.120**	**(146.981)**	**(304)**	**169.311**	**1.871.146**

15.2. Ativos de Contrato

Os Ativos de Contratos (obras em andamento) referem-se principalmente a novos projetos e melhorias operacionais, assim representados:

	30/09/2026	31/12/2025
Produção	646.208	568.189
Distribuição	98.826	93.962
Projetos e obras de operação Imediata	134.067	109.052
Total Água	**879.101**	**771.203**
Coleta, tratamento, lançamento final, projetos e estudos	1.313.987	1.019.787
Projetos e obras de operação Imediata	29.265	31.313
Total Esgoto	**1.343.252**	**1.051.100**
Projetos e obras administrativas	21.802	31.727
Estoques de obras, adiantamentos e convênios municipais	73.580	25.202
Total Obras Administrativas e Estoque de Obras	**95.382**	**56.929**
Total Ativos de Contrato	**2.317.735**	**1.879.232**

A posição e movimentação das obras em andamento do período está demonstrada na tabela abaixo:

	31/12/2025	Adições	Transferências	30/09/2026
Ativos de Contrato	1.879.232	658.155	(219.652)	2.317.735

15.3. Ativos Imobilizados (administrativos)

Os ativos imobilizados são todos os bens da Companhia destinados às atividades administrativas:

	31/12/2025 Líquido	Depreciação	Baixas e Ajustes	Aquisições /Transf.	30/09/2026 Líquido
Ativos Administrativos	49.719	(7.388)	(77)	7.145	49.399

Em 1996 a Companhia procedeu às reavaliações de seus ativos, que compreendiam terrenos, edificações, máquinas, equipamentos e redes. O laudo de avaliação foi emitido em 30 de abril

de 1996 pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU. A taxa de depreciação dos bens reavaliados foi ajustada em função da vida útil remanescente, indicada no laudo de avaliação. Em 30 de novembro de 2011 a Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos – FEPESE, emitiu laudo de avaliação dos ativos da Companhia, gerando novo saldo de avaliação.

O saldo da reavaliação de ativos próprios alocada no imobilizado é como segue:

	30/09/2026	31/12/2025
Ativos reavaliados	170.488	181.848
Tributos sobre a reavaliação	(46.608)	(50.465)
Saldo da reavaliação	**123.880**	**131.383**

15.4. Investimentos no período

De janeiro a setembro de 2026, o montante de investimentos registrado pela Companhia nos municípios catarinenses foi de **R$691.901**

Abaixo, destacamos as maiores obras em andamento durante o período.

Município	Sistema	Obra
São José e Florianópolis	Esgoto	Construção da nova Estação de Tratamento de Esgoto do Sistema Integrado de Potecas
Florianópolis	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Saco Grande
Biguaçu e São José	Água	Ampliação do Sistema Integrado de Água (Nova ETA Biguaçu)
Florianópolis	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário (Bacias D/F)
Pinhalzinho	Água	Construção Nova ETA
São Lourenço do Oeste	Esgoto	Construção da nova Estação de Tratamento de Esgoto
São Lourenço do Oeste	Água	Construção Poço Profundo-AQ Guarani
Barra Velha	Esgoto	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário

15.5. Depreciação e Amortização

De maneira geral, as taxas anuais de depreciação e amortização são as seguintes:

Imobilizado e Intangível	30/09/2026	31/12/2025
Construção civil	4%	4%
Equipamentos	10%	10%
Equipamentos de transporte	20%	20%
Móveis e utensílios	10%	10%

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As contas de Empréstimos e Financiamentos registram as operações junto às Instituições Financeiras do país ou exterior, cujos recursos são destinados primordialmente a execução das obras do plano de investimentos da CASAN, visando ampliar a oferta de água e o esgotamento sanitário no Estado de Santa Catarina.

A seguir demonstramos os Empréstimos ajustados a valor presente, conforme a taxa contratual de cada contrato, apresentada nas notas explicativas abaixo:

	30/09/2026		
	Dívida	(-) Juros a Apropriar	Dívida Líquida (AVP)
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	61.575	(1.823)	59.752
Japan International Cooperation Agency - JICA	288.789	(12.318)	276.471
Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA	353.357	(67.498)	285.859
Total de Operações líquidas no exterior	**703.721**	**(81.639)**	**622.082**
Caixa Econômica Federal – CAIXA	227.729	(64.077)	163.652
Debêntures	2.420.048	(726.736)	1.693.312
Banco do Brasil CCB`s	109.280	(12.414)	96.866
Banco do Brasil Nota Comercial – 1ª Emissão	697.412	(285.388)	412.024
Banco ABC	35.277	(13.020)	22.257
Total Operações Líquidas no país	**3.489.746**	**(1.101.635)**	**2.388.111**
Total Empréstimos e Financiamentos	**4.193.467**	**(1.183.274)**	**3.010.193**

A seguir, a comparação com o ano de 2025 e 2026, pelos seus valores líquidos e os encargos incidentes sobre cada fonte de recursos:

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025	Encargos incidentes a.a.
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	59.752	65.380	-	32.267	5,39%, 3,59% e 3,68%
Japan International Cooperation Agency - JICA	32.593	35.602	243.878	294.855	1,20%
Fundo Financ. Desenv. da Bacia do Prata - FONPLATA	48.401	6.908	237.458	302.633	3,59%+SOFR
Total de Operações no exterior	**140.746**	**107.890**	**481.336**	**629.755**	
Caixa Econômica Federal	16.162	15.285	147.490	156.948	8,5% + TR
Debêntures CASN13	164.705	165.788	181.728	300.378	CDI + 5,5%
Debêntures CASN23	51.116	42.059	245.754	253.812	IPCA + 10,32%
Debêntures CASN14	21.098	885	101.591	121.032	CDI + 2,3%
Debêntures CASN24	15.622	6.804	325.977	309.428	IPCA + 9,98%
Debêntures CASN34	8.573	3.731	161.670	152.958	IPCA + 10,65%
Debêntures CASN15	20.736	693	138.992	158.817	CDI + 1,68%
Debêntures CASN16	7.591	-	166.013	-	CDI + 1,60%
Debêntures CASN17	45.142	-	37.004	-	CDI + 1,70%
Banco ABC 25mi	9.565	12.891	-	6.250	CDI + 3,4%
Banco ABC 47mi	12.692	17.107	-	8.294	CDI + 3,4%
Banco do Brasil 25mi	10.485	12.638	-	7.292	CDI + 2,1%
Banco do Brasil 45mi	15.220	15.315	18.750	30.000	CDI + 2,1%

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025	Encargos incidentes a.a.
Banco do Brasil 47mi	5.914	11.855	-	2.937	CDI + 2,5%
Banco do Brasil 50mi	13.169	13.247	5.435	15.217	CDI + 2,6%
Banco do Brasil 70mi	17.685	17.792	10.208	23.333	CDI + 2,45%
Nota Comercial 1ª Emissão	8.412	1.851	167.000	167.000	CDI
Nota Comercial 2ª Emissão	652	-	100.000	-	CDI + 1,25%
Nota Comercial 3ª Emissão	960	-	135.000	-	CDI + 1,90%
Total de Operações no país	**445.499**	**337.941**	**1.942.612**	**1.713.696**	
Total de Empréstimos e Financiamentos	**586.245**	**445.831**	**2.423.948**	**2.343.451**	

a. Os contratos de empréstimos junto a AFD estão sujeitos a COVENANTS.

b. As amortizações, do principal e dos encargos financeiros incorridos, obedecem ao seguinte escalonamento:

Ano	30/09/2026
Amortizações para 2026	128.332
Amortizações para 2027	512.429
Amortizações para 2028	609.508
Amortizações para 2029	457.650
Amortizações para 2030 em diante	1.302.274
Total	**3.010.193**

c. Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira foram convertidos para reais, pelas taxas de câmbio vigentes na data de fechamento, sendo: 1 EURO equivalente a R$ 6,46920 em 31 de dezembro de 2025 e R$ 5,8777 em 30 de setembro de 2026; 1 IENE equivalente a R$ 0,03514 em 31 de dezembro de 2025 e R$ 0,03294 em 30 de setembro de 2026; e 1 DÓLAR equivalente a R$ 5,50240 em 31 de dezembro de 2025 e R$ 5,18090 em 30 de setembro de 2026.

A seguir, descrição de montantes, prazos e condições de cada fonte de recursos:

Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD

Em 18 de dezembro de 2012 foi assinado o contrato de financiamento junto a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de R$350.660 (€99.756), que tem como objetivo realizar investimentos em infraestrutura de saneamento básico em municípios de médio porte de Santa Catarina. A taxa de juros do financiamento é definida nas datas dos desembolsos, resultando em juros de 5,39% sobre €25.000 desembolsados em 22/10/2013, juros de 3,59% sobre €25.000 desembolsados em 07/12/2016 e juros de 3,68% sobre €49.756 desembolsados em 24/08/2017. O financiamento teve prazo de carência de 5 anos. Após a carência, 10 anos de amortização, que se iniciou em 15/10/2017, sendo a última parcela em 15/04/2027. Em 07 de abril de 2021 foi assinado o 3° aditivo contratual que alterou o cronograma para o uso do recurso disponível no contrato de 31 de dezembro de 2018 para 31 de dezembro de 2023. Em

30 de setembro de 2026 o saldo devedor é de R$59.752 equivalente a €10.166 (valores expressos em milhares de euros).

Japan International Cooperation Agency – JICA

Em 31 de março de 2010 foi realizada a contratação do financiamento junto ao Banco Japan International Cooperation Agency - JICA, para o Programa de Saneamento no Estado de Santa Catarina. O investimento total foi de ¥11.877.997 para as obras e de ¥2.529.198 para consultoria, sendo que os juros incidentes são de 1,20% a.a e 0,01% a.a respectivamente. Este financiamento é garantido pela República Federativa do Brasil. O prazo de carência foi de 7 anos, após isso, são 19 anos de amortização. A amortização teve início em 20 de março de 2017 e finalizará em 20 de março de 2035. Em 30 de setembro de 2026 o saldo devedor é de R$276.471 equivalente a ¥ 8.390.860 *(valores expressos em milhares de ienes).

European Investment Bank -BEI

Em 14 de dezembro de 2023, foi assinado o contrato de financiamento junto ao European Investment Bank (BEI), no valor de €100.000 (valor expresso em milhares de euros) que tem como objetivo realizar investimentos em águas residuais e infraestrutura hídrica em Santa Catarina. A taxa de juros do financiamento será definida nas datas dos desembolsos. Até 30 de setembro de 2026 não ocorreu nenhum desembolso.

FONPLATA

Em 19 de dezembro de 2024, foi celebrado contrato de financiamento entre a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata – FONPLATA, no valor de R$339.267 (equivalente a USD 55.000 mil).

O objetivo do financiamento é contribuir para a execução das obras do plano de investimentos da CASAN, com foco na ampliação da oferta de água potável e na expansão do sistema de esgotamento sanitário no Estado de Santa Catarina. A operação possui taxa de juros composta pela SOFR (Secured Overnight Financing Rate) acrescida de margem fixa de 3,59% ao ano. O desembolso integral dos recursos ocorreu em 30 de dezembro de 2024.

O contrato estabelece prazo total de 8 (oito) anos, sendo 2 (dois) anos de carência, período durante o qual são devidos apenas os encargos financeiros, e 6 (seis) anos para amortização do principal. O pagamento dos juros teve início em 15 de setembro de 2025. As parcelas semestrais de amortização do principal terão início após o período de carência, com término previsto em 15 de setembro de 2032.

Em 30 de setembro de 2026, o saldo devedor é de R$285.859 equivalente a US$55.175.

Caixa Econômica Federal – CAIXA – Obras

Os financiamentos obtidos da Caixa Econômica Federal - CAIXA referem-se a diversas linhas de crédito para investimentos em obras de saneamento básico, conforme abaixo:

Ano dos contratos	Vencimentos finais	30/09/2026	31/12/2025
2010 a 2012	2032 a 2036	163.652	172.233

O valor do principal e os encargos são pagos em bases mensais. Os contratos firmados têm carência de 14 a 46 meses para pagamento do principal. Os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal são garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia.

Debêntures - 3° Emissão

Na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 07 de novembro de 2023 ("Aprovação Societária"), foram aprovadas as condições da oferta pública de distribuição da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em até duas séries, da Emissora ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei de Valores Mobiliários"), sob o rito de registro automático, sob regime misto de garantia firme e de melhores esforços de colocação, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e das demais disposições legais aplicáveis ("Oferta");

O valor da emissão ficou em 500.000 mil (quinhentas mil) referente às Debêntures Simples da primeira série e 280.000 (duzentos e oitenta mil) referente às Debêntures Incentivadas de segunda série com valor nominal de R$1.000,00 (valor expresso em reais).

Remuneração das Debêntures da Primeira Série - Sobre o Valor Nominal Unitário, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, acrescida de um spread de 5,50% (cinco inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano em conjunto com a Taxa DI, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos.

Remuneração das Debêntures da Segunda Série - Sobre o Valor Nominal Atualizado incidirão a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (denominação atual da antiga Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B), acrescida exponencialmente de um spread de 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano.

Prazo de Vigência, Data de Vencimento e Amortização - O vencimento final das Debêntures da Primeira Série ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 16 de novembro de 2028 e a sua amortização inicia em 16 de novembro de 2025. O vencimento final das Debêntures da Segunda Série ocorrerá ao término do prazo de 10 (dez) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 16 de novembro de 2033 e a sua amortização inicia em 16 de maio de 2026.

Em 30 de setembro de 2026 o saldo devedor das 3ª Debêntures é de R$643.303.

Debêntures - 4° Emissão

Na Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 27 de fevereiro de 2025 ("Aprovação Societária"), aprovou a 4ª (quarta) emissão de debêntures, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em até três séries, para Distribuição Pública. O desembolso dos recursos ocorreu em 15 de abril de 2025.

O valor da emissão ficou em 125.000 mil (cento e vinte e cinco mil) referente às Debêntures da primeira série, 330.000 (trezentos e trinta mil) referente às Debêntures Incentivadas de segunda série, e um lote adicional de 170.000 (cento e setenta mil) referente às Debêntures Incentivadas de terceira série, com valor nominal de R$1.000,00 (valor expresso em reais).

Remuneração das Debêntures da Primeira Série - Sobre o Valor Nominal Unitário, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, acrescida de um spread de 2,30% (dois inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano em conjunto com a Taxa DI, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos.

Remuneração das Debêntures da Segunda Série - Sobre o Valor Nominal Atualizado incidirão a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA + com Juros Semestrais (denominação atual da antiga Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B), acrescida exponencialmente de um spread de 9,9878% (nove inteiros, nove mil oitocentos e setenta e oito décimos de milésimo por cento) ao ano.

Remuneração das Debêntures da Terceira Série - Sobre o Valor Nominal Atualizado incidirão a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA + com Juros Semestrais (denominação atual da antiga Nota do Tesouro Nacional, série B – NTN-B), acrescida exponencialmente de um spread de 10,6573% (dez inteiros e seis mil quinhentos e setenta e três décimos de milésimo por cento) ao ano.

Prazo de Vigência, Data de Vencimento e Amortização - O vencimento final das Debêntures da Primeira Série ocorrerá ao término do prazo de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 15 de abril de 2030 e a sua amortização inicia em 15 de abril de 2027. O vencimento final das Debêntures da Segunda Série ocorrerá ao término do prazo de 7 (sete) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 15 de abril de 2032 e a sua amortização inicia em 15 de abril de 2028. O vencimento final das Debêntures da Terceira Série ocorrerá ao término do prazo de 12 (doze) anos a contar da Data de Emissão, vencendo em 15 de abril de 2037 e a sua amortização inicia em 15 de abril de 2028.

Em 30 de setembro de 2026 o saldo devedor das 4ª Emissão de Debêntures é de R$634.531.

Debêntures – 5ª Emissão

Na Reunião do Conselho de Administração da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN ("Emissora"), realizada em 14 de novembro de 2025 ("Aprovação Societária"), foi aprovada a 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública sob o rito de registro automático, destinada exclusivamente a investidores profissionais, nos termos da Resolução CVM nº 160.
O valor total da emissão é de R$ 160.000, correspondente à emissão de 160.000 (cento e sessenta mil) debêntures, com valor nominal unitário de R$1.000,00 (valor expresso em reais), integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, na data de subscrição.
Remuneração das Debêntures da Primeira Série: sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, acrescidas de spread de 1,68% (um inteiro e sessenta e oito centésimos por cento) ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de efetivo pagamento.

Prazo de Vigência, Data de Vencimento e Amortização – A data de emissão das Debêntures é 18 de dezembro de 2025, sendo o vencimento final das Debêntures estabelecido ao término do prazo de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 18 de dezembro de 2032. A amortização do principal ocorrerá em parcelas mensais e consecutivas, a

partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da Data de Emissão, com início em 18 de janeiro de 2027

Em 30 de setembro de 2026 o saldo devedor das 5ª Emissão de Debêntures é de R$159.728.

Debêntures – 6ª Emissão

Na Reunião do Conselho de Administração da CASAN realizada em 21 de julho de 2026, foram aprovadas as condições da 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático. A emissão é composta por 175.000 debêntures, com valor nominal unitário de R$1.000,00 (valor expresso em reais), totalizando R$ 175.000.

A Data de Emissão das Debêntures é 25 de julho de 2026, com prazo de vigência de 5 anos, vencendo-se em 25 de julho de 2031. As Debêntures possuem valor nominal unitário de R$1.000,00 (valor expresso em reais) e não haverá atualização monetária do valor nominal.

Remuneração das Debêntures – Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida de um spread de 1,60% (um inteiro e sessenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos.

Prazo de Vigência, Data de Vencimento e Amortização – A data de emissão das Debêntures é 25 de julho de 2026, sendo o vencimento final das Debêntures estabelecido ao término do prazo de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 25 de julho de 2031. A amortização do principal ocorrerá em parcelas mensais e consecutivas, a partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da Data de Emissão, com início em 25 de agosto de 2027, sendo a última parcela correspondente ao saldo remanescente do Valor Nominal Unitário devida na Data de Vencimento.

Em 30 de setembro de 2026 o saldo devedor das 6ª Emissão de Debêntures é de R$173.604.

Debêntures – 7ª Emissão

Na Reunião do Conselho de Administração da CASAN realizada em 21 de julho de 2026, foram aprovadas as condições da 7ª (sétima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático. A emissão é composta por 90.000 debêntures, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (valor expresso em reais), totalizando R$ 90.000.

A Data de Emissão das Debêntures é 25 de julho de 2026, com prazo de vigência de 2 anos, vencendo-se em 25 de julho de 2028. As Debêntures possuem valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (valor expresso em reais) e não haverá atualização monetária do valor nominal.

Remuneração das Debêntures – Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual

ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida de um spread de 1,70% (um inteiro e setenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos.

Prazo de Vigência, Data de Vencimento e Amortização – A data de emissão das Debêntures é 25 de julho de 2026, sendo o vencimento final das Debêntures estabelecido ao término do prazo de 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 25 de julho de 2028. A amortização do principal ocorrerá em parcelas mensais e consecutivas, sem carência, a partir da Data de Emissão, com início em 25 de agosto de 2026, sendo a última parcela correspondente ao saldo remanescente do Valor Nominal Unitário devida na Data de Vencimento.

Em 30 de setembro de 2026 o saldo devedor das 7ª Emissão de Debêntures é de R$82.146.

Banco do Brasil - CCB

Em 20 de Abril de 2022, foi contratado uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco do Brasil no valor de R$47.000, com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,5% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de abril de 2023 e final em 15 de março de 2027. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3° emissão das debêntures, foi amortizado o valor de R$16.911 do contrato. Em 30 de setembro de 2026 o saldo devedor é de R$5.914.

Em 17 de Fevereiro de 2023, foi contratada uma CCB com o Banco do Brasil no valor de R$50.000, com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,6% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 14 meses, com vencimento inicial em 15 de maio de 2024 e final em 15 de fevereiro de 2028. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3° emissão das debêntures, foi amortizado o valor de R$14.130 do contrato. Em 30 de setembro de 2026 o saldo devedor é de R$18.604.

Em 3 de Maio de 2023, foi contratada uma CCB com o Banco do Brasil no valor de R$70.000, com taxa média do CDI divulgadas pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,45% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de maio de 2024 e final em 15 de abril de 2028. Em 07 de dezembro de 2023, com a 3° emissão das debêntures, foi amortizado o valor de R$18.958 do contrato. Em 30 de setembro de 2026 o saldo devedor é de R$27.893.
Em 28 de junho de 2024, foi contratada uma CCB com o Banco do Brasil no valor de R$25.000, com taxa média do CDI divulgada pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,10% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de agosto de 2025 e final em 15 de julho de 2027. Em 30 de setembro de 2026 o saldo devedor é de R$10.485.

Em 30 de dezembro de 2024, foi contratada uma CCB com o Banco do Brasil no valor de R$45.000 (quarenta e cinco milhões de reais), com taxa média do CDI divulgada pela B3 – S.A. Brasil, Bolsa, Balcão e acrescida de uma sobretaxa efetiva de 2,10% ao ano paga mensalmente. A amortização ficou com carência de 12 meses, com vencimento inicial em 15 de janeiro de 2026 e final em 15 de dezembro de 2028. Em 30 de setembro de 2026 o saldo devedor é de R$33.970.

Notas Comerciais – 1ª Emissão

Na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 14 de novembro de 2025 ("Aprovação Societária"), foram aprovadas as condições da 1ª (primeira) emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única, de distribuição privada, da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN ("Emissão" e "Notas Comerciais", respectivamente), nos termos da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, e das demais disposições legais aplicáveis.

O valor total da emissão é de R$167.000, correspondente à emissão de 167.000 (cento e sessenta e sete mil) Notas Comerciais Escriturais, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (valor expresso em reais), subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, na Data de Início da Rentabilidade.

Remuneração das Notas Comerciais – Sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis, desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de efetivo pagamento, não havendo atualização monetária do Valor Nominal Unitário.

Prazo de Vigência, Data de Vencimento e Amortização – O vencimento final das Notas Comerciais ocorrerá ao término do prazo de vigência estabelecido no Termo de Emissão, vencendo em 19 de novembro de 2033, com pagamento de principal e juros realizados de forma semestral, conforme cronograma previsto contratualmente.

Em 30 de setembro de 2026 o saldo devedor é de R$175.412.

Notas Comerciais – 2ª Emissão

Na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 11 de agosto de 2026 ("Aprovação Societária"), foram aprovadas as condições da 2ª (segunda) emissão de Notas Comerciais Escriturais, em série única, para colocação privada, da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN ("Emissão" e "Notas Comerciais", respectivamente), nos termos da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021, e das demais disposições legais aplicáveis.
O valor total da emissão é de R$ 100.000, correspondente à emissão de 100.000 (cem mil) Notas Comerciais Escriturais, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (valor expresso em reais), em série única, para colocação privada, de titularidade inicial do Banco do Brasil S.A.

Remuneração das Notas Comerciais – Sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Escriturais, ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, acrescidos de uma sobretaxa (spread) de 1,25% (um inteiro e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais.

Prazo de Vigência, Data de Vencimento e Amortização – A Data de Emissão das Notas Comerciais é 20 de agosto de 2026, e o vencimento final ocorrerá em 20 de agosto de 2036, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado ou resgate antecipado previstas no Termo de Emissão. A remuneração será paga em parcelas semestrais e consecutivas, sempre no dia 20 dos meses de fevereiro e agosto, ou no Dia Útil subsequente, sendo o primeiro pagamento

previsto para 20 de fevereiro de 2027. O Valor Nominal Unitário será amortizado em parcelas semestrais a partir do 90º (nonagésimo) mês, inclusive, a contar da Data de Emissão, conforme cronograma constante do Termo de Emissão.

Em 30 de setembro de 2026 o saldo devedor é de R$100.652.

Notas Comerciais – 3ª Emissão

Na Reunião do Conselho de Administração da CASAN realizada em 11 de agosto de 2026, foram aprovadas, entre outras matérias, a realização da 3ª (terceira) emissão de Notas Comerciais Escriturais, com garantia real, em série única, bem como a respectiva oferta pública de distribuição.

A 3ª Emissão é composta por 135.000 (cento e trinta e cinco mil) Notas Comerciais, com valor total de R$ 135.000, em série única, destinadas à distribuição pública, sob o rito de registro automático.

A Data de Emissão das Notas Comerciais é 26 de agosto de 2026, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (valor expresso em reais). O vencimento final ocorrerá em 27 de agosto de 2029.

Remuneração das Notas Comerciais - Sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, acrescidos de um spread de 1,90% (um inteiro e noventa centésimos por cento) ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis, por Dias Úteis decorridos. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais.

Prazo de Vigência, Data de Vencimento e Amortização - O saldo do Valor Nominal Unitário será amortizado semestralmente, em parcelas, a partir do 24º mês contado da Data de Emissão. A primeira amortização ocorrerá em 28 de agosto de 2028, correspondente a 33,33%, a segunda em 26 de fevereiro de 2029, correspondente a 50,00%, e a parcela final, correspondente ao saldo remanescente de 100%, será paga na Data de Vencimento.

Em 30 de setembro de 2026 o saldo devedor é de R$135.960.

Banco ABC

Em 24 de Maio de 2022, foi contratada uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco ABC no valor de R$47.000 (quarenta e sete milhões de reais), com remuneração de 100% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI "over extra grupo" DI – CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 3,15% a.a., com pagamentos trimestrais. Em 27 de junho de 2024 foi formalizado um aditivo contratual prorrogando o pagamento da amortização e ajustando a taxa de juros para 3,40% ao ano. A nova data de início da amortização passou a ser 15 de agosto de 2025, com vencimento final em 17 de maio de 2027. Em 30 de setembro de 2026 o saldo devedor é de R$12.692.

Em 23 de Dezembro de 2022, foi contratada uma CCB – Cédula de Crédito Bancário com o Banco ABC no valor de R$25.000. (vinte e cinco milhões de reais), com remuneração de 100%

do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro – Taxa média – CDI "over extra grupo" DI – CETIP, capitalizado diariamente, acrescido da taxa de 3,15% a.a., com pagamentos trimestrais.

Em 29 de setembro de 2023 foi formalizado um aditivo do contrato prorrogando a amortização e alterando a taxa de juros. Em 27 de junho de 2024 foi realizado o 2° aditivo contratual prorrogando a amortização e alterando a taxa de juros para 3,40%. A nova data de início da amortização passou a ser 15 de agosto de 2025, com vencimento final em 17 de maio de 2027. Em 30 de setembro de 2026 o saldo devedor é de R$9.565.

17. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Os valores a seguir representam, entre outros: valores retidos dos colaboradores a repassar às associações de classe ou instituições financeiras (empréstimos consignados na folha); a INSS, IR e FGTS incidentes sobre a folha de pagamento; plano de saúde e previdenciário; programa de alimentação do trabalhador e provisão de férias e seus encargos

	30/09/2026	31/12/2025
Circulante:		
Provisão para férias e 13º salário	75.288	50.361
INSS	9.657	9.456
FGTS	2.227	2.163
IR s/folha de pagamento	7.910	11.082
Consignações	114	190
Salários	4	16.390
Equacionamento Déficit Atuarial - CASANPREV	756	743
Outros	728	707
Total Circulante	**96.684**	**91.092**
Não Circulante:		
Equacionamento Déficit Atuarial - CASANPREV	6.444	11.343
Passivo atuarial Plano Previdência Complementar	8.840	8.840
Total Não Circulante	**15.284**	**20.183**

17.1. Plano Previdenciário CASANPREV

Aprovado em 6 de agosto de 2008, é oferecido aos funcionários da Companhia, que patrocina o plano de previdência privada operado e administrado pela Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV.

O plano estruturado na modalidade de Contribuição Variável, na qual a fase de acumulação se dá nas modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido, e o período de recebimento dos benefícios em uma estrutura de Benefício Definido, não está mais aberto para novas adesões.

Em 30 de setembro de 2026 a Companhia possui contabilizado, a título de passivo atuarial deste Plano BD, o montante de R$8.840 (R$8.840 em 31 de dezembro de 2025).

Desde dezembro de 2025 um novo plano CD "Futuro Melhor" está disponível para adesões e migrações. Esse novo plano foi desenvolvido para atender a um novo contexto previdenciário, marcado por maior longevidade, mudanças nas relações de trabalho e necessidade de modelos

mais flexíveis e sustentáveis, sem risco de déficit atuarial, mantendo a paridade de contribuições da patrocinadora, ampliando a liberdade de escolha quanto a contribuições, beneficiários e forma de recebimento dos benefícios.

Para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33 (R1), foi contratada a empresa Mirador Assessoria Atuarial, que emitiu relatórios detalhados, suportando as informações incluídas nesta nota.

A seguir demonstramos a projeção da despesa para o exercício de 2026:

Componentes do custo / (receita) próximo exercício	**31/12/2026**
Custo do serviço corrente (parte patronal)	(2.618)
1 Custo do serviço corrente bruto	33.965
2 Contribuições esperadas de ativos para próximo exercício	(33.645)
Custo líquido dos juros	317
Custo do benefício pós-emprego no período	**(1.981)**

17.2. Equacionamento Déficit Atuarial CASANPREV

Em 28 de março de 2024, o Conselho de Administração, em sua 437ª Reunião Extraordinária, aprovou o Plano de Equacionamento do Déficit Técnico do Plano de Previdência – CASANPREV, referente ao Exercício de 2022. O déficit totaliza R$24.775, conforme as práticas contábeis aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Nos termos da Lei Complementar nº 109/2001 e da Resolução CNPC nº 30/2018, o equacionamento do déficit será realizado de forma paritária entre a Patrocinadora (CASAN), os participantes e os assistidos do plano CASANPREV. A Companhia será responsável pelo montante de R$12.234, a ser pago em parcelas mensais, com vencimento inicial em abril de 2024, ao longo de um período de 18 anos. O valor nominal da primeira parcela é de R$92.

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia possui contabilizado o montante total de R$7.200, sob o título de Equacionamento do Déficit Atuarial – CASANPREV. A redução do período foi decorrente do pagamento referente ao déficit dos participantes que migraram do plano BD para o novo plano CD A amortização das parcelas segue o método da Tabela Price, acrescida da taxa anual de juros atuarial vigente de 4,86%.

As parcelas são atualizadas mensalmente, a partir da data-base, conforme a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC-IBGE) ou outro índice adotado no Plano CASANPREV.

18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

As composições eram conforme aberturas nos seguintes valores:

	30/09/2026	**31/12/2025**
Circulante:		
REFIS	775	714
COFINS	12.999	11.705
COFINS PARCELAMENTO	29.697	27.482

	30/09/2026	31/12/2025
PIS	2.805	2.522
PIS PARCELAMENTO	6.424	5.945
Imposto de Renda - retenções	239	354
Imposto de Renda sobre lucro real	90.288	-
PIS/COFINS/CSLL - retenções	767	1.075
INSS de terceiros	1.545	3.060
Contribuição social sobre lucro real	34.258	-
Outros	1.647	2.256
Total circulante	**181.444**	**55.113**
Não circulante:		
REFIS	1.645	2.049
COFINS PARCELAMENTO	27.720	46.252
PIS PARCELAMENTO	5.996	10.005
Total não circulante	**35.361**	**58.306**

O aumento das obrigações fiscais decorre, principalmente, do reconhecimento das obrigações de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidentes sobre o resultado do período, pagos por estimativa mensal, cujos as baixas ocorrerão nos prazos estabelecidos pela legislação tributária, no encerramento do período.

Em abril de 2023, após análise financeira de mercado, a Companhia optou por iniciar o parcelamento em 60 vezes, do pagamento dos débitos com PIS e COFINS sobre faturamento de março a dezembro de 2023, conforme regras da receita federal.

Em 2009 a Companhia decidiu pela adesão da Lei 11.941/09, relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, o que gerou a transferência dos montantes originários do REFIS. A Secretaria da Receita Federal do Brasil confirmou a consolidação dos débitos em 28 de setembro de 2011.

Em 2025 a Companhia optou pelo Parcelamento Convencional da PGFN – Débitos Previdenciários, modalidade 0014 - Parcelamento sem garantia - Pessoa Jurídica - Dívida Previdenciária - até 15 milhões de reais. A Secretaria da Receita Federal do Brasil confirmou a consolidação dos débitos em 21 de fevereiro de 2025.

Os parcelamentos tributários permanecem adimplentes na data-base das demonstrações contábeis, não existindo descumprimento das condições estabelecidas nos respectivos programas

Os saldos e a mutação do REFIS nas demonstrações contábeis está resumida como segue:

	Circulante		Não Circulante	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Saldo anterior	714	149	2.049	468
Transferências	404	405	(404)	(405)
Consolidação	-	497	-	1.986
Atualizações (TJLP)	217	299	-	-
Amortizações	(560)	(636)	-	-

Total	**775**	**714**	**1.645**	**2.049**

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Registram-se os tributos diferidos decorrentes da reavaliação de ativos próprios que perfazem o montante de R$46.608 em 30 de setembro de 2026 (R$50.465 em 31 de dezembro de 2025), conforme mencionado na nota explicativa nº15.3.

A redução observada decorre, principalmente, da realização gradual dos tributos diferidos incidentes sobre a reserva de reavaliação dos ativos próprios, conforme sua depreciação e realização contábil.

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal.

De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões para contingências são constituídas com base na avaliação da Administração da Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, sendo registradas em montante considerado suficiente para fazer face às perdas classificadas como prováveis em processos judiciais.

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente, legal ou não formalizada, decorrente de eventos passados, sendo provável a saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para a liquidação da obrigação e quando o valor dessa obrigação pode ser estimado de forma confiável.

	30/09/2026	31/12/2025
Provisão contingências cíveis	67.095	75.867
Provisão contingências trabalhistas	8.637	6.547
Total Provisões	**75.732**	**82.414**
Total Depósitos dados em garantia	**(59.653)**	**(96.780)**
Insuficiência (Suficiência) da cobertura	**16.079**	**(14.366)**

Cabe registrar que não estão incluídos nos valores de provisões os processos classificados como perdas possíveis ou remotas.

A redução de R$37.127 no total de depósitos dado em garantias deve-se principalmente a reclassificação para a conta de obras em andamentos dos pagamentos referentes a aquisições de terrenos para os quais a Companhia já obteve a termo de posse.

As ações judiciais com grau de risco classificado como possível, pela área jurídica da Companhia, fecharam em R$571.326 (R$439.201 em 31 de dezembro de 2025).

20.1. Contingências cíveis

Tramita na esfera judicial de Santa Catarina ações cíveis referentes a diferenças de juros e correção monetária, previstos em contratos, em face de atrasos nos pagamentos mensais das faturas de cobrança, ações cíveis públicas e outros de naturezas diversas vinculados com a operacionalidade da Companhia. Esses processos ainda não possuem trânsito em julgado.

20.2. Contingências trabalhistas

As causas trabalhistas provisionadas dizem respeito ao pagamento de horas extras e outras questões salariais (agregações, demissões sem justa causa etc.), com risco de perda provável. Assim, com base em informações da assessoria jurídica, a Companhia estima e provisiona o valor em face de eventuais perdas nesses processos.

21. PLANO DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA INCENTIVADA – PDVI 2017

Em 28 de julho de 2017, na trecentésima vigésima quinta (325ª) reunião do Conselho de Administração, considerando a proposição da Diretoria Executiva, fundamentada na necessidade de manutenção da capacidade de investimentos, na reestruturação da Companhia e nas medidas de contenção de despesas, foi autorizado o lançamento do Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI 2017.

As indenizações estão sendo pagas em até 96 prestações, com as últimas prestações sendo quitadas até o final de 2026.

	30/09/2026	31/12/2025
PDVI 2017 – Passivo Circulante	495	32.799
Total PDVI	**495**	**32.799**

22. PARTES RELACIONADAS

22.1. Transação com Partes Relacionadas

A Companhia participava de transações com seu acionista controlador, o Estado, via Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina e a acionista CELESC.

Descrição	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Gov. do Estado - SC (Precatórios)[1]	-	-	51.134	56.912	-	-	-	-
Sec. do Estado da Fazenda-SEFAZ	7.161	6.783	-	-	43.736	38.525	-	-
Celesc	48	54	-	-	463	806	89.669	98.091
Total	**7.209**	**6.837**	**51.134**	**56.912**	**44.199**	**39.331**	**89.669**	**98.091**

[1] A CASAN ingressou ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios do Estado de Santa Catarina, compondo o passivo de dívidas do Estado.

22.2. Remuneração dos Administradores

A remuneração global dos administradores para o período de maio de 2026 a abril de 2027 foi aprovada pela 56ª Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 28 de abril de 2026, no montante global de até R$4.638. Em 2025 a aprovação se deu pela 55ª Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 22 de abril de 2025, no montante de até R$5.315 para o período de maio de 2025 a abril de 2026.

Abaixo, apresentamos o quadro do acumulado no ano com remuneração dos administradores:

Descrição	30/09/2026	30/09/2025
Salário ou Pró-labore	2.168	1.893
Benefícios diretos e indiretos	773	724
Representações	110	117
Diárias	57	53
Total	**3.108**	**2.787**

23. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS

O saldo montante de R$15.798 em 30 de setembro de 2026 (R$18.266 em 31 de dezembro de 2025) refere-se a recursos do Orçamento Geral da União (OGU), destinados à CASAN para o desenvolvimento de obras de Saneamento realizadas no SES Campeche e SES Costa da Lagoa, em Florianópolis, SES Mafra, e Poço em São Miguel do Oeste. A realização de tais valores se dá a partir da realização da entrada em operação e respectiva amortização dos investimentos efetuados.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1. Capital Social

Em setembro de 2026, o capital social da Companhia subscrito e integralizado totalizou R$1.407.315, representado por 1.194.827.477 ações, das quais 592.975.802 são ações ordinárias e 601.851.675 são ações preferenciais.

O capital social é composto por ações nominativas e sem valor nominal, sendo as ações ordinárias dotadas de direito a voto e as ações preferenciais dotadas de prioridade no reembolso do capital e no recebimento de dividendos não cumulativos.

Nos termos da legislação societária e do Estatuto Social, as ações garantem dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido, proporcionalmente à quantidade de ações detidas. As ações preferenciais conferem, ainda, o direito ao recebimento de dividendos 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos a cada ação ordinária.

A composição acionária apresenta-se conforme discriminado a seguir:

	30/09/2026			
Acionistas	**Ordinárias**	**Preferenciais**	**Total**	**%**
Governo do Estado de Santa Catarina	536.198.707	545.021.963	1.081.220.670	90,49%

Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina – CELESC	56.713.251	56.778.178	113.491.429	9,50%
Demais Acionistas	63.844	51.534	115.378	0,01%
Total de ações	**592.975.802**	**601.851.675**	**1.194.827.477**	**100%**

	31/12/2025			
Acionistas	**Ordinárias**	**Preferenciais**	**Total**	**%**
Governo do Estado de Santa Catarina	536.198.707	545.021.963	1.081.220.670	90,49%
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina – CELESC	56.713.251	56.778.178	113.491.429	9,50%
Demais Acionistas	63.844	51.534	115.378	0,01%
Total de ações	**592.975.802**	**601.851.675**	**1.194.827.477**	**100%**

24.2. Aumento de Capital

Em 28 de abril de 2026, conforme deliberado na 56ª Assembleia Geral Ordinária (AGO) e na 145ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE), o Governo do Estado de Santa Catarina aprovou a reversão do montante de R$83.006, anteriormente destinado ao pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, para a conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC).

Em 11 de agosto de 2026, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de Capital Social e em 19 de outubro foi homologado, passando o total de ações para 1.265.432.261, conforme detalhes informados nos comunicados aos acionistas e ao mercado.

24.3. Reserva de Lucros

Reserva Legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não pode exceder a 20% do capital social

Reserva para Fundo de Investimentos

Conforme art. 79º do Estatuto Social da CASAN, o saldo remanescente (após a destinação da reserva legal e dividendos) será destinado a uma Reserva para Plano de Investimentos, que terá por finalidade assegurar investimentos em água e esgotamento sanitário ou acréscimo ao capital de giro para amortização de dívidas.

Esta reserva não poderá exceder ao valor do capital social e poderá ser utilizada na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações ou na incorporação ao Capital Social.

Em março houve um ajuste contábil para corrigir a classificação do montante de R$10.011, dentro da Reserva de Lucros. Saindo da Reserva Legal, para Reserva para Plano de Investimentos, conforme proposto pela Administração, sem qualquer outro impacto nas demonstrações contábeis.

24.4. Resultado por Ação

	30/09/2026	30/09/2025
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	357.559	316.957
Quantidade total de ações	1.194.827.477	1.150.656.560
Lucro básico diluído por ação (expresso em reais)	0,29926	0,27546

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 22 de setembro de 2026, foi aprovado o crédito de Juros sobre o Capital Próprio de R$100.401, à razão de R$0,080 (expressos em reais) por ação ordinária e R$0,088 (expressos em reais) por ação preferencial aos detentores de ações da Companhia em 25 de setembro de 2026, conforme aviso aos acionistas.

24.5. Outros Resultados Abrangentes

Conforme preconiza o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, os ajustes do valor justo do Passivo Atuarial referentes aos Planos de Benefícios aos empregados da Companhia (Nota Explicativa nº 21) decorrentes dos ganhos ou perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido.

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia tem registrado como ganhos em outros resultados abrangentes o montante de R$20.426 (R$20.426 em 31 de dezembro de 2025).

Os referidos ganhos ou perdas atuariais são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, em conformidade com as normas contábeis vigentes. Dessa forma, a variação no saldo de Outros Resultados Abrangentes reflete o impacto dos ajustes atuariais sobre as obrigações da Companhia em relação aos seus planos de benefícios, contribuindo para uma melhor transparência e entendimento dos efeitos financeiros decorrentes da avaliação atuarial.

25. RECEITA OPERACIONAL

As receitas operacionais auferidas pela Companhia no período de 2026 e 2025 estão apresentadas abaixo:

	30/09/2026	30/09/2025
Tarifas de água	1.431.766	1.373.608
Tarifas de esgoto	420.972	406.421
Outras receitas de serviços de água	21.251	15.037
Outras receitas de serviços de esgoto	373	70
Total do faturamento	**1.874.362**	**1.795.136**
Impostos sobre vendas e outras deduções	(177.015)	(169.722)
Total receita líquida	**1.697.347**	**1.625.414**

A Companhia apresenta a receita operacional líquida sem os valores da Receita de Construção (CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente).

A Companhia incorreu em receitas, com margem nula, e custos com contratos de construção (CPC 47) vinculados aos contratos de concessões até 30 de setembro de 2026, no montante de R$609.988 (R$476.232 em 30 de setembro de 2025).

26. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

As despesas da Companhia distribuem-se por natureza da seguinte maneira:

	30/09/2026	30/09/2025
Salários e encargos*	469.997	435.951
Materiais	77.792	76.016
Serviços de terceiros	320.849	261.883
Gerais e tributárias	38.395	41.893
Depreciações, amortizações e provisões	143.739	130.433
Perdas realização créditos e Provisão devedores duvidosos	40.443	44.227
Recomposição de pavimentação	22.177	27.966
Fundos para programas municipais	78.417	69.926
Amortização/Reversão direito de uso de bem	(1.695)	22.158
Total	**1.190.114**	**1.110.453**

*Contas de salários e encargos obteve incremento em função do reajuste salarial pelo INPC data base maio, além de revisão salarial de algumas categorias.

27. GASTOS COM EMPREGADOS

Segue abaixo a relação dos gastos com empregados da Companhia:

	30/09/2026	30/09/2025
Salários	172.065	160.610
Férias, Abono e 13º Salário	48.498	46.065
Custos previdenciários	98.440	86.710
FGTS	20.436	18.968
Programa de alimentação	42.329	39.965
Programa de saúde	41.789	39.993
Gratificações e cargos comissionados	35.173	31.954
PDVI – Demissão voluntária incentivada	2.767	4.314
Outros benefícios	8.500	7.372
Total	**469.997**	**435.951**
Número de empregados	**2.588**	**2.642**

28. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro auferido pela Companhia está apresentado abaixo:

	30/09/2026	30/09/2025
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	2.229	1.581
Juros ativos	3.305	4.545
Rendimento de aplicações financeiras	33.966	43.339
Acréscimos por inadimplências contratuais	20.568	15.721
Ganho com recuperação de crédito	26	-
Total Receitas Financeiras	**60.094**	**65.186**
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(133.599)	(179.949)
Multas e juros*	(7.232)	(9.012)
Outras	(3.250)	(3.327)
Total Despesas Financeiras	**(144.081)**	**(192.288)**
Variações monetárias e cambiais (Liquidas)	**35.781**	**54.933**
Resultado Financeiro Líquido	**(48.206)**	**(72.169)**

*Valores de multas e juros referem-se aos juros do parcelamento dos tributos PIS e COFINS.

29. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

As outras receitas são compostas substancialmente por pessoal à disposição de outros órgãos, as despesas operacionais compostas pela complementação das provisões para contingências, conforme nota explicativa 20, respectivamente. Abaixo segue a composição das mesmas:

	30/09/2026	30/09/2025
Outras receitas operacionais		
Indenizações e ressarcimento de despesas	2.649	556
Comissão prestação de serviços/convênios	1.080	828
Reversão causas trabalhistas	186	113
Reversão causas cíveis	18.939	158
Contribuições e doações	2.523	2.043
Outras	5.363	750
Total Outras Receitas Operacionais	**30.740**	**4.448**
Outras despesas operacionais		
Provisões causas trabalhistas	(2.287)	-
Provisões causas cíveis	(10.176)	-
Fiscais e tributárias	(217)	(1.897)
Total Outras Despesas Operacionais	**(12.680)**	**(1.897)**
Outras Receitas e Despesas "Não Operacionais"		
Vendas de bens do imobilizado	1.569	4.577
Baixa de imobilizado	(509)	(227)

Total Outras Receitas e Despesas Não Operacionais	**1.060**	**4.350**
Outras Receitas (Despesas) Oper. Líquidas	**19.120**	**6.901**

30. SEGUROS

A Companhia objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Em 30 de setembro de 2026, a Companhia possui seguros prediais contratados contra incêndios, vendavais, danos elétricos, raios e explosões, com cobertura no montante de R$69.125. Tal montante engloba os seguros contratados para diversos prédios próprios e alugados.

A Companhia aluga 571 veículos leves que já incluem no valor da locação os custos dos seus respectivos seguros.

31. CONCESSÃO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

A Companhia participou do processo licitatório do município, para permanecer com a concessão, dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e apesar de ter ficado em segundo lugar no processo, a CASAN segue atuando perante o referido Município, Agências Reguladoras e Órgãos de Controle, no sentido de manter a operação do sistema e resguardar os seus direitos em observância aos princípios e dispositivos regulatórios e legais.

32. CONCESSÃO CHAPECÓ

Em razão do anúncio realizado pela Prefeitura de Chapecó em 05 de fevereiro de 2026, acerca do rompimento do Contrato de Concessão dos Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário com a Companhia (Decreto Municipal nº 51.470/2026, que declara a caducidade do referido contrato), a CASAN informa que obteve decisão favorável junto à 1ª Vara da Fazenda Pública da Capital, que determinou a suspensão imediata do decreto, anulando assim os efeitos da declaração de caducidade do contrato de concessão anunciada pela Prefeitura de Chapecó. A decisão judicial também estabelece que o Município deve se abster de qualquer ato que vise a retomada dos serviços, transferência de titularidade ou intervenção na gestão da Concessionária, seguindo a CASAN executando regularmente a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

33. CONCESSÃO DE TIMBÓ

Em 10 de julho de 2026, a Companhia sagrou-se vencedora do leilão para a concessão dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Timbó, realizado na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. A concessão possui prazo de 35 anos e abrange a operação, manutenção, ampliação e modernização dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário do município, em conformidade com as diretrizes do Novo Marco Legal do Saneamento. Nos próximos meses será constituída uma SPE para essa nova concessão e iniciada a fase de transição operacional entre o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE) de Timbó e a Companhia, conforme as condições estabelecidas no instrumento contratual.

34. Reforma Tributária

A Reforma Tributária, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pelas Leis Complementares nº 214/2025 e nº 227/2026, que instituíram a reforma do sistema tributário sobre o consumo no Brasil. A referida emenda prevê a substituição gradual de tributos atualmente incidentes sobre o consumo, tais como PIS, COFINS, ICMS e ISS, pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre estados e municípios. A reforma também institui o Imposto Seletivo (IS), incidente sobre bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

O novo modelo tributário prevê um período de transição, com início da implementação para 2026 e conclusão em 2033, quando o novo sistema passará a vigorar integralmente.

Considerando que o processo de regulamentação da reforma tributária ainda está em andamento e que diversos aspectos relevantes dependem de regulamentações adicionais e definições de alíquotas, a Administração da Companhia encontra-se avaliando os potenciais impactos da nova legislação em suas operações, processos e demonstrações contábeis. Com o objetivo de assegurar a conformidade da Companhia com o novo regime tributário a partir de 2026, foram iniciadas adequações em sistemas e cadastros, revisões de processos operacionais e contratuais, bem como treinamentos de colaboradores quanto aos potenciais impactos da nova legislação nas operações da Companhia.

Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, não foi possível mensurar eventuais efeitos decorrentes da implementação da reforma tributária.

35. OUTROS EVENTOS SUBSEQUENTES

Homologação de Aumento de Capital Social conforme detalhado conforme detalhado na nota 24.2.

Além dos assuntos já descritos nesta nota, a Administração avaliou os eventos ocorridos entre 30 de setembro de 2026 e a data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis, não identificando outros fatos que demandassem ajustes ou divulgações adicionais, nos termos do CPC 24 – Evento Subsequente.

****

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas e aos Conselheiros da
COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
Florianópolis – SC

Introdução
Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para o período de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstração intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.
Alcance da revisão
Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.
Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) aplicável à elaboração das informações trimestrais, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais tomadas em conjunto.

Barueri, 05 de novembro de 2026.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 “T” SP

Jucléia Gonçalves Rodrigues
Contadora 1 CRC RS T SP 78.349/O-1
Diretora Responsável Técnica

Eser Helmut Amorim
Contador CRC 1SP 307.736/O-5
Diretor Técnico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Atendendo ao disposto no § 1º, do artigo 27, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, DECLARAM os diretores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, companhia aberta, com sede a Rua Emílio Blum, 83, bairro Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 82.508.433/0001-17 e com registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº 01686-1, que reviram, discutiram e concordaram com as informações relativas ao exercício social encerrado em 30 de setembro de 2026.

Florianópolis, 09 de novembro de 2026.

Pedro Joel Horstmann
Diretor-Presidente e Diretor de Operação e Expansão

Carlos Ivan Sturzbecher
Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores

Leonardo Lacerda da Silva
Diretor Comercial

Rosane Vettori
Diretora Administrativa

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Atendendo ao disposto no § 1º, do artigo 27, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, DECLARAM os diretores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, companhia aberta, com sede a Rua Emílio Blum, 83, bairro Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 82.508.433/0001-17 e com registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº 01686-1, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras do exercício social encerrado em 30 de setembro de 2026.

Florianópolis, 09 de novembro de 2026.

Pedro Joel Horstmann
Diretor-Presidente e Diretor de Operação e Expansão

Carlos Ivan Sturzbecher
Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores

Leonardo Lacerda da Silva
Diretor Comercial

Rosane Vettori
Diretora Administrativa